



## Congresso Nacional

“Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 2, de 2014 - CN, “com a finalidade de investigar irregularidades envolvendo a empresa Petróleo Brasileiro S/A (PETROBRAS), ocorridas entre os anos de 2005 e 2014 e relacionadas à compra da Refinaria de Pasadena, no Texas (EUA), ao lançamento de plataformas inacabadas, ao pagamento de propina a funcionário da estatal, e ao superfaturamento na construção de refinarias”.

### ATA DA 20ª REUNIÃO

Ata Circunstanciada da 20ª Reunião, da **Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 2, de 2014 – CN**, realizada em 26 de novembro de 2014, às 14 horas e 33 minutos, no Plenário 2 – Ala Senador Nilo Coelho do Senado Federal, sob a presidência do Senador **Gim** com a presença dos Senadores **Humberto Costa, Valdir Raupp, Ivonete Dantas, Jayme Campos e Ataídes de Oliveira**; e dos Deputados **Afonso Florence, José Carlos Araújo, Jaime Martins, Carlos Sampaio, Izalci, Ronaldo Caiado, João Magalhães, Onyx Lorenzoni, Júlio Delgado, Augusto Coutinho, Rubens Bueno, Eurico Junior, Arnaldo Faria de Sá e Ronaldo Fonseca**. Presentes os parlamentares não-membros **Deputado Antônio Imbassahy**. Ausentes os Senadores **João Alberto Souza, Vital do Rego, Sérgio Petecão, Ciro Nogueira, José Pimentel, Vanessa Grazziotin, Acir Gurgaz, Aníbal Diniz, Antonio Aureliano e Mário Couto** e os Deputados **Marco Maia, Sibá Machado, Sandro Mabel, Lucio Vieira Lima, Andre de Paula, Aguinaldo Ribeiro Bernardo Santana de Vasconcellos, Fernando Francischini e Enio Bacci**. Na ocasião, foi ouvida a senhora Magda Chambriard, Diretora-Geral da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis. O Sr Glauco Colepicolo Legati não compareceu à reunião, tendo encaminhado atestado médico a esta comissão (DOC 341). Após aprovação, a presente ata será publicada juntamente com a íntegra de seu apanhamento taquigráfico.

**O SR. PRESIDENTE** (Gim. Bloco União e Força/PTB - DF) – Invocando a proteção divina, damos por aberta mais uma reunião de trabalho.

Havendo número regimental, declaro aberta a 20ª Reunião da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito criada pelo Requerimento nº 2, de 2014.

Conforme convocação, a presente reunião se destina inicialmente à oitiva de Glauco Colepicolo Legati, ex-Gerente-Geral de Implementação de Empreendimentos para a Refinaria Abreu e Lima; e da Drª Magda Chambriard, Diretora-Geral da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis.

Entretanto, na manhã de hoje, o Sr. Glauco Legati apresentou um atestado assinado pela Médica Elisa Maria Vicente Perrotta, CRM nº 5228982-0, nos seguintes termos: "Atesto, para os devidos fins, que o Sr. Glauco Colepicolo Legati está sob meus cuidados médicos profissionais e necessita de afastamento de descanso e repouso dias 26, 27 e 28 de novembro de 2014."

Os códigos: CID 111, doença cardíaca hipertensiva, e 149, arritmia cardíaca.

Na presente reunião, portanto, será ouvida somente a Srª Magda Chambriard.



## Congresso Nacional

**“Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 2, de 2014 - CN, com a finalidade de investigar irregularidades envolvendo a empresa Petróleo Brasileiro S/A (PETROBRAS), ocorridas entre os anos de 2005 e 2014 e relacionadas à compra da Refinaria de Pasadena, no Texas (EUA), ao lançamento de plataformas inacabadas, ao pagamento de propina a funcionário da estatal, e ao superfaturamento na construção de refinarias”.**

A depoente fará as suas exposições e, em seguida, será interpelada pelos Parlamentares dentro do assunto tratado, dispondo cada um de 5 minutos, assegurado igual prazo para resposta da depoente, ou 10 minutos, intercalando-se perguntas e respostas.

A palavra aos Srs. Parlamentares será concedida na ordem de inscrição, com preferência para o Relator, o Presidente e os autores do requerimento, a saber: primeiro, nobre Deputado Sibá Machado e, segundo, nobre Deputado Sandro Mabel. A seguir, aos membros titulares, aos suplentes e aos não membros devidamente inscritos.

Ainda sobre o uso da palavra, esta Presidência esclarece que, nos termos do inciso VIII do art. 14 do Regimento Interno do Senado Federal, poderão falar, para explicação pessoal, em cada reunião, apenas dois integrantes da Comissão. Ao Líder, é lícito usar a palavra uma única vez, em qualquer fase da reunião, pelo prazo máximo de 5 minutos, para comunicação urgente.

Convido, neste momento, a Sr<sup>a</sup> Magda Chambriard a compor a Mesa. Concedo, agora, a palavra à depoente para a sua exposição.

Antes, porém, da exposição da Sr<sup>a</sup> Magda, nos chega aqui o Relator titular desta Comissão, que hoje está reassumindo os trabalhos, e pede a palavra, até porque, nas últimas duas reuniões... Logo em seguida, será substituído pelo Relator *ad hoc*, Afonso Florence. Então, com a palavra o Relator desta CPMI, nobre Deputado Marco Maia.

**O SR. MARCO MAIA (PT - RS)** – Presidente, Senador Gim Argello, nobres Deputados presentes a esta CPMI, demais presentes:

Na verdade, Senador Gim Argello, fiz questão de vir, hoje, até a nossa CPMI, porque, nas últimas duas semanas, estive ausente. Embora tenha mandado as respectivas justificativas, hoje, já em uma condição melhor, Deputado Carlos Sampaio, do que estava há 15 dias, fiz questão de vir aqui. Sofri um acidente de moto fazendo um dos meus únicos *hobbies*, que é, de vez em quando, fazer alguns passeios de moto. Não foi um acidente grande, mas resultou em uma quebra da clavícula e quatro costelas, o que, portanto, tenha exigido de mim uma recuperação difícil e muitos cuidados nesses últimos 15 dias. Agora mesmo, neste momento, estamos ainda sob o efeito de muitos sedativos para poder suportar a dor deste tipo de acidente.

Mas fiz questão de vir, aqui, à CPMI para informar a V. Ex<sup>as</sup> que continuamos, de qualquer forma, acompanhando a CPMI, os desdobramentos, os debates, as discussões que têm acontecido aqui e também acompanhando o trabalho da nossa assessoria, que tem se debruçado em cima de todas as informações para poder produzir, dentro dos prazos estabelecidos, um relatório que possa ser votado, que possa ser discutido e dialogado com todos os Srs. e Sr<sup>as</sup> Parlamentares.

Também, portanto, aproveito a oportunidade para pedir desculpas pelo fato de não poder ter acompanhado, durante esses últimos quinze dias, a



## Congresso Nacional

**“Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 2, de 2014 - CN, com a finalidade de investigar irregularidades envolvendo a empresa Petróleo Brasileiro S/A (PETROBRAS), ocorridas entre os anos de 2005 e 2014 e relacionadas à compra da Refinaria de Pasadena, no Texas (EUA), ao lançamento de plataformas inacabadas, ao pagamento de propina a funcionário da estatal, e ao superfaturamento na construção de refinarias”.**

realização das nossas oitivas, dos debates que aqui aconteceram. E também, talvez, pelos próximos dias, ainda tenha muitas dificuldades de estar aqui de forma mais constante e permanente, em função deste tratamento e desta recuperação, que é lenta, gradual e que vai se conquistando a cada dia, a cada momento, mas espero ter as condições objetivas de poder estar aqui quando da leitura do relatório que nós estamos preparando junto com a assessoria para o debate, para a discussão que V. Ex<sup>as</sup> irão produzir acerca desse relatório.

Fiz questão de estar hoje aqui para prestar estes esclarecimentos e poder também aqui me colocar à disposição de cada um de vocês, dos Parlamentares, do envolvidos com a realização desta CPMI, para qualquer dúvida. O telefone está à disposição, e em casa também estou à disposição para recebê-los.

Era isso, Sr. Presidente.

Obrigado, pela compreensão.

Assim que chegar o Deputado Afonso Florence, que vem cumprindo essa tarefa de me substituir, deixarei com ele as oitivas das perguntas que já foram realizadas, que nós analisamos conjuntamente, que serão feitas a depoente desta reunião no dia de hoje.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Gim. Bloco União e Força/PTB - DF) – Nós é que agradecemos, nobre Deputado Marco Maia, e desejamos – é o desejo de todos – a mais breve recuperação.

Neste momento vou convidar a Sr<sup>a</sup> Magda Chambriard para compor a Mesa e para fazer sua exposição. Terá o tempo de 15 minutos; a princípio, 15 minutos para sua exposição.

Convido o Relator *ad hoc*, Deputado Afonso Florence, para ocupar a posição.

Saúdo os Líderes que estão aqui, nobre Deputado Rubens Bueno, Deputado Carlos Sampaio, Deputado Izalci Lucas, Deputados todos. Sejam muito bem-vindos!

Então, vamos começar com a oitiva da nossa convidada de hoje. As perguntas primeiras serão feitas, então, pelo Relator *ad hoc* logo depois de sua exposição.

Informo à Taquigrafia que já se encontra à Mesa o Relator *ad hoc*, Deputado Afonso Florence, e a nossa convidada, Sr<sup>a</sup> Magda Chambriard.

Eu informo a V. S<sup>a</sup> que tem 15 minutos para fazer a sua...

**A SR<sup>a</sup> MAGDA CHAMBRIARD** – Senador Gim Argello, eu gostaria de fazer uma apresentação em PowerPoint. Eu trouxe as informações todas que os senhores me requisitaram. Agora, em vez de 15 minutos pode ser 30?

**O SR. PRESIDENTE** (Gim. Bloco União e Força/PTB - DF) – Pode ser em 30 minutos.



## Congresso Nacional

“Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 2, de 2014 - CN, “com a finalidade de investigar irregularidades envolvendo a empresa Petróleo Brasileiro S/A (PETROBRAS), ocorridas entre os anos de 2005 e 2014 e relacionadas à compra da Refinaria de Pasadena, no Texas (EUA), ao lançamento de plataformas inacabadas, ao pagamento de propina a funcionário da estatal, e ao superfaturamento na construção de refinarias”.

**A SR<sup>a</sup> MAGDA CHAMBRIARD** – Senador Gim Argello, Senador Vital do Rêgo, Deputado Marco Maia, Senadores, Deputados aqui presentes, senhoras e senhores, boa tarde.

Eu estou aqui hoje, então, atendendo aos Requerimentos da CPMI de nºs 539 e 456, de 2014, em que me foi solicitada uma explicação sobre segurança operacional marítima. E é isso, então, que eu estou trazendo para os senhores.

Nesta apresentação que eu estou estimando em termos de 30 minutos, eu vou cobrir alguns aspectos como as atribuições de fiscalização do Estado brasileiro, mostrando para vocês que a atribuição de fiscalização da atividade operacional marítima da ANP...

**O SR. CARLOS SAMPAIO** (PSDB - SP) – Senador Gim Argello, perdoe-me, peço desculpas mesmo. É porque, procedimentalmente falando, me parece que o Senador Vital do Rêgo compreendeu que, como ela está aqui na condição de testemunha e o Código de Processo Penal veda que a testemunha faça algo por escrito, tem que ser oralmente. Na última vez, quando foi feita a apresentação de PowerPoint pela Graça Foster, depois, o Presidente reconheceu que não poderia ter deixado, porque, na condição de testemunha, ela fala, mas não pode ler o que vai falar. É apenas uma questão procedimental. Quer dizer, de minha parte não há nenhum problema. É apenas que, ritualmente falando, existe um procedimento adequado. Então, ela precisaria se submeter... ela pode falar sem ler, porque aqui a gente usa, subsidiariamente, o Código de Processo Penal.

*(Intervenção fora do microfone.)*

**O SR. CARLOS SAMPAIO** (PSDB - SP) – Não. Na realidade, quando se faz o projeto, quando projeta, ela lê. Por isso é que não pode o projeto. Ela vai ter que ler para falar o que está dizendo. É uma questão de rito. E foi o próprio Senador Vital do Rêgo que reconheceu...

**O SR. PRESIDENTE** (Gim. Bloco União e Força/PTB - DF. *Fora do microfone.*) – A senhora tem a sua apresentação para a senhora acompanhar a sua linha de raciocínio?

Só um minutinho.

**A SR<sup>a</sup> MAGDA CHAMBRIARD** – Não tem problema. Eu falo sem problema.

Já que eu não posso ler...

**O SR. PRESIDENTE** (Gim. Bloco União e Força/PTB - DF) – Então, na questão do procedimento, eu atendo ao nobre Deputado Carlos Sampaio e peço que desligue o PowerPoint para a senhora fazer sua apresentação sem PowerPoint.

**A SR<sup>a</sup> MAGDA CHAMBRIARD** – Então, vocês desliguem e vamos lá.

**O SR. PRESIDENTE** (Gim. Bloco União e Força/PTB - DF) – Vamos trabalhar!

**A SR<sup>a</sup> MAGDA CHAMBRIARD** – Estou atendendo aos dois requerimentos, agora já não me lembro mais dos números deles. Nesses



## Congresso Nacional

**“Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 2, de 2014 - CN, “com a finalidade de investigar irregularidades envolvendo a empresa Petróleo Brasileiro S/A (PETROBRAS), ocorridas entre os anos de 2005 e 2014 e relacionadas à compra da Refinaria de Pasadena, no Texas (EUA), ao lançamento de plataformas inacabadas, ao pagamento de propina a funcionário da estatal, e ao superfaturamento na construção de refinarias”.**

requerimentos me foi solicitado falar sobre segurança operacional marítima. Nesses requerimentos pede-se também que nós falemos sobre diversas situações de plataformas que foram motivo de incidentes. Então, também não vou me lembrar um a um de todos eles. Mas vou falar no geral.

Vou falar, primeiro, sobre as atribuições de fiscalização do Estado brasileiro. Quando nós vamos a uma instalação marítima fiscalizar, seja ela de perfuração ou de produção, nós vamos fiscalizar o que nós chamamos de segurança operacional. Junto conosco, fiscalizando a mesma instalação, é de competência do Ministério do Trabalho e Emprego fiscalizar tudo aquilo que a gente chama de segurança ocupacional. Ao Ibama cabe também a fiscalização dessa mesma instalação sob o ponto de vista iteração meio ambiente/instalação.

E também ao... Agora deixe-me lembrar quem mais está junto. E também ao... Você me dificultou a vida.

Vamos lá. A gente tem... (*Risos.*)

Vamos lá. A gente tem...

**O SR. PRESIDENTE** (Gim. Bloco União e Força/PTB - DF) – Só um minutinho. Só para esclarecer. A Mesa me informa que o Deputado Carlos Sampaio está correto quando convidamos na condição de testemunha, quando nós convocamos. Mas a Sr<sup>a</sup> Magda, Presidente da ANP, está aqui na condição de convidada. Então, na condição de convidada, como foi informado agora... Queria só deixar claro porque é uma questão de rito.

**O SR. CARLOS SAMPAIO** (PSDB - SP) – Se for convidada pode fazer a apresentação...

**O SR. PRESIDENTE** (Gim. Bloco União e Força/PTB - DF) – Exatamente.

É isso que eu gostaria que sua assessoria checasse com a Mesa...

**O SR. CARLOS SAMPAIO** (PSDB - SP) – Por isso que eu perguntei, eu achei que era testemunha.

**O SR. PRESIDENTE** (Gim. Bloco União e Força/PTB - DF) – Eu também. Eu concordei, mas a Mesa me informa que é a condição de convidada.

**O SR. CARLOS SAMPAIO** (PSDB - SP) – Não há nenhum problema. Já facilitamos a vida dela novamente.

**O SR. PRESIDENTE** (Gim. Bloco União e Força/PTB - DF) – Já facilitamos novamente.

Então, por favor, podem ligar o PowerPoint novamente, porque, na condição de convidada, ela pode ler, pode expor da forma que for.

Muito obrigada a todos.

**A SR<sup>a</sup> MAGDA CHAMBRIARD** – Vamos lá!

Então, vamos lá projetar de novo.

Então, aqui cabe uma explicação interessante sobre o limite da atuação da Agência Nacional do Petróleo e o Ministério do Trabalho e Emprego, por exemplo. O Ministério do Trabalho e Emprego, como responsável. Vou voltar





## Congresso Nacional

**“Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 2, de 2014 - CN, com a finalidade de investigar irregularidades envolvendo a empresa Petróleo Brasileiro S/A (PETROBRAS), ocorridas entre os anos de 2005 e 2014 e relacionadas à compra da Refinaria de Pasadena, no Texas (EUA), ao lançamento de plataformas inacabadas, ao pagamento de propina a funcionário da estatal, e ao superfaturamento na construção de refinarias”.**

aqui só um minutinho. Estou aqui naquele primeiro item de "atribuições de fiscalização do Estado brasileiro." Depois eu vou falar das plataformas uma a uma, perspectivas para a próxima década e considerações finais.

Mais uma, por favor.

Vamos adiante, mais uma.

Está aí. Quem estava faltando era a Marinha. Eu falei do Ministério do Trabalho e Emprego, do Ibama, da ANP e como é que eu podia me esquecer da Marinha falando de atividades do mar?

Essas quatro entidades fiscalizam as atividades marítimas. A Marinha fiscaliza as atividades dessas plataformas como embarcações que são. Então, toda a parte de navegabilidade, fluviabilidade, etc. é com a Marinha.

Essas instituições fiscalizam sozinhas, individualmente e sistematicamente e também fiscalizam em conjunto.

A próxima, por favor.

Eu estava falando aqui para os senhores da diferença entre o que o Ministério do Trabalho e Emprego e o que a Agência Nacional do Petróleo faz. Segurança ocupacional em tudo aquilo que diz respeito a equipamentos de proteção individual, a bem-estar do trabalhador, etc., é com o Ministério do Trabalho e Emprego.

Próxima, por favor.

Tudo aquilo que diz respeito a equipamentos de proteção individual, esses ganchos, por exemplo, que seguram os trabalhadores para trabalhos em altura, etc., tudo isso é com o Ministério do Trabalho e Emprego.

Próxima.

No caso da ANP, tudo aquilo que faz menção a equipamentos, falhas de equipamentos, barreiras de segurança, com a ANP.

Então, por exemplo, quando se está perfurando, há um equipamento chamado BOP. O que é o BOP? Eu não vou falar o nome em inglês, mas vou dizer que é um conjunto de válvulas capazes de controlar o fluxo, e, se há algum descontrole, essas válvulas fecham automaticamente, garantindo que não haja um vazamento para a superfície. Esse mesmo BOP tem o seu similar na árvore de Natal, que também é um conjunto de válvulas, que seguram um fluxo descontrolado quando o poço já está em produção. E, a partir daí, uma série de equipamentos, todos eles sob responsabilidade da fiscalização da Agência Nacional do Petróleo.

Próxima, por favor.

Bom, eu disse para os senhores que essas entidades fiscalizam sozinhas ou fiscalizam em conjunto, e um exemplo dessa operação em conjunto é a Operação Ouro Negro, que foi iniciada em 2011, uma operação que coloca junto a ANP, a Marinha, o Ministério Público do Trabalho, o Ministério do Trabalho e Emprego, o Ibama e até a Anvisa.



## Congresso Nacional

**“Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 2, de 2014 - CN, “com a finalidade de investigar irregularidades envolvendo a empresa Petróleo Brasileiro S/A (PETROBRAS), ocorridas entre os anos de 2005 e 2014 e relacionadas à compra da Refinaria de Pasadena, no Texas (EUA), ao lançamento de plataformas inacabadas, ao pagamento de propina a funcionário da estatal, e ao superfaturamento na construção de refinarias”.**

Então, no âmbito dessa Operação Ouro Negro, em conjunto, já fiscalizamos uma média de quatro instalações de perfuração e de produção, por ano. Até hoje, já foram 12 as instalações vistoriadas.

Próxima.

No âmbito da Operação Ouro Negro, em 2014, nós fiscalizamos aquelas plataformas que estão ali em verde. Foram três de produção e uma de perfuração.

Essa operação tem o benefício de colocar as entidades para trabalhar em conjunto, para trocarem informações. No caso, por exemplo, do Ministério Público do Trabalho, que recebe muitas denúncias – recebe, por exemplo, denúncias que nós não recebemos –, então, essa troca de informações... Por outro lado, eles têm dificuldade maior de acesso às informações de produção e de exploração. Então, essa troca de informações é benéfica a todas as instituições.

Próxima, por favor.

Até aqui, eu pretendi mostrar para os senhores que nós atuamos individualmente, atuamos em conjunto, atuamos de forma sistemática.

Agora, eu vou mostrar para os senhores que nós também fazemos isso tudo de forma sistemática, com base em uma regulamentação tida como rígida e que nós fazemos isso também de forma preventiva. Está certo?

Vamos lá.

A nossa regulamentação de segurança operacional foi adotada pela Agência Nacional do Petróleo em 2007. Então, de 1998 até 2007, a Agência Nacional do Petróleo trabalhava muito com integridade estrutural, com integridade mecânica. A partir de 2007, ela passou a adotar essa regulamentação, que é, vamos dizer assim, muito bem vista no mundo. Diversos países nos abordam, buscando adotar técnicas similares. Ela é tida como o que há de mais moderno no mundo; é baseada em *performance*, em indicadores de desempenho e adota toda uma abordagem baseada em análise de risco; ou seja, os operadores das instalações têm de demonstrar para a ANP a aderência às normas internacionais e nacionais e têm de demonstrar que conhecem os riscos das atividades e que esses riscos, caso ocorram, podem ser mitigados.

Volta uma, por favor.

Além disso, ela é uma abordagem que permite a introdução de inovação tecnológica. Ela não é restritiva à inovação tecnológica. E é exatamente por isso que ela é muito bem vista pelo mundo.

Próxima, por favor.

Está aí. A regulamentação de segurança operacional, que eu falei aos senhores que é Resolução ANP nº 43, de 2007, é baseada em 17 diferentes práticas de gestão e seu coração é a identificação e a análise de risco. É esse risco que tem que ser identificado, demonstrado e mitigado, e nós temos todo um conjunto de práticas de gestão que aborda as atividades das pessoas. Isso significa cultura de segurança. Ao longo desta apresentação, eu vou falar em



## Congresso Nacional

**“Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 2, de 2014 - CN, com a finalidade de investigar irregularidades envolvendo a empresa Petróleo Brasileiro S/A (PETROBRAS), ocorridas entre os anos de 2005 e 2014 e relacionadas à compra da Refinaria de Pasadena, no Texas (EUA), ao lançamento de plataformas inacabadas, ao pagamento de propina a funcionário da estatal, e ao superfaturamento na construção de refinarias”.**

cultura de segurança, que, no fundo, no fundo, é pelo que nós devemos zelar. Envolvimento de pessoal, capacitação, enfim, toda uma noção de cultura de segurança que precisa ser avaliada, preservada, garantida, mantida, e nós não podemos deixar que essa cultura de segurança esmoreça.

Na questão de instalações e tecnologia, como eu falei, o coração disso tudo é a identificação e a análise de risco e também práticas operacionais, pelo que nós zelamos muito, por exemplo, gestão de mudanças. Então, um operador não pode modificar uma instalação sem notificar a Agência e não pode alterar uma instalação sem documentar a mudança e demonstrar que essa mudança não implica risco mais elevado.

Próxima, por favor.

Nós adotamos esse regulamento em dezembro de 2007. Tivemos dois anos de transição. Em dezembro de 2009, então, nós terminamos o período de transição. E de 2010 em diante nós passamos a fiscalizar baseado nesse regulamento e a fiscalizar muito e com rigor essas instalações.

Depois de um ano e meio de fiscalização – os senhores lembram-se de diversos eventos decorrentes dessas fiscalizações, mas eu vou mostrar mais adiante –, nós fizemos o primeiro *workshop* de segurança operacional. Ele aconteceu nas instalações da ANP em agosto de 2011. Dele participaram a ANP, todos os operadores, os prestadores de serviço e também a Marinha, o Ibama, o Ministério Público do Trabalho, o Ministério do Trabalho e Emprego, o TCU e a AGU. E ao longo desse *workshop* foram discutidos desempenhos de segurança operacional ligados a atividades de exploração e produção a partir do regulamento, que foi, então, de 2010 até meados de 2011. Desse *workshop* de segurança, então, nós saímos com advertências aos concessionários e prestadores de serviços sobre questões mais delicadas que precisavam ser observadas e garantidas em termos de cultura de segurança. Então, é nesse momento que a gente começa a mostrar para os senhores que nós atuamos de forma também preventiva.

Próxima, por favor.

A Agência Nacional do Petróleo se preocupa não apenas em garantir a segurança e a cultura de segurança e atuar de forma preventiva, mas também em atuar no estado da arte da tecnologia, no estado da arte da regulação e adotar o que o mundo pratica de melhor. E, nesse diapasão, a Agência participa do que a gente chama de Fórum Internacional de Reguladores, que se reúne pelo menos uma vez por ano e troca informações. Dele fazem parte o Brasil, os Estados Unidos, o Reino Unido, a Austrália, a Nova Zelândia, o Canadá, a Noruega, enfim, diversos países que estão na vanguarda da exploração e produção de petróleo no mar.

Volta um, por favor.

Em 2012, a ANP – todo o ano esses reguladores se reúnem, todo ano o evento internacional é sediado por um país e por uma agência –, então, em 2012,





## Congresso Nacional

**“Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 2, de 2014 - CN, com a finalidade de investigar irregularidades envolvendo a empresa Petróleo Brasileiro S/A (PETROBRAS), ocorridas entre os anos de 2005 e 2014 e relacionadas à compra da Refinaria de Pasadena, no Texas (EUA), ao lançamento de plataformas inacabadas, ao pagamento de propina a funcionário da estatal, e ao superfaturamento na construção de refinarias”.**

esse fórum aconteceu no Rio de Janeiro, coordenado pela Agência Nacional do Petróleo.

Próximo, por favor.

Esse acompanhamento das atividades, no âmbito de *workshop*, no âmbito do Fórum Internacional de Reguladores, no âmbito da participação da operação conjunta e no âmbito de nossa própria operação, gera, para nós, atividades que são alertas de segurança.

Então, eu reservei aí para vocês os três últimos alertas de segurança que foram feitos pela Agência Nacional do Petróleo.

Em 2014, nós tivemos alerta de segurança sobre a ocorrência de incêndios por falhas de procedimento em trabalhos a quente, em plataformas.

Em 2013, nós tivemos alerta de segurança, devido a óbito, por queda em altura.

Em 2013 tivemos também alerta de segurança decorrente da nossa interação no âmbito do Fórum Internacional de Reguladores, um alerta de segurança decorrente de uma ação da agência reguladora americana no Golfo do México, por falha de parafusos em equipamentos de segurança.

Tudo isso é ação preventiva.

Próximo, por favor.

Então, neste mês de novembro nós fizemos o segundo *workshop* de segurança operacional. E, neste segundo *workshop*, foi discutido, de novo, toda essa questão de segurança operacional: riscos, questões envolvidas, melhorias, regulação, prevenção, e nós tivemos a grata surpresa de descobrir que o nosso alerta de segurança para queda em altura já salvou vidas. Como que foi isso? Na apresentação da Statoil, no âmbito desse *workshop*, a Statoil mostrou para o nosso grupo de segurança operacional que, devido a um alerta de segurança da ANP por queda em altura, essa salvaguarda foi reforçada. Tanto que um trabalhador da Plataforma de Peregrino caiu e ficou preso pelo gancho colocado em função do alerta de segurança da ANP. Isso mostra a ação preventiva, isso mostra que a ANP está trabalhando de forma proativa e que essa proatividade está salvando vidas.

Próximo, por favor.

No âmbito desse regulamento de segurança operacional, nós já aplicamos cerca de R\$264 milhões em multas. Deste total, nós temos cerca de R\$200 milhões já pagos com o atributo legal de desconto de 30% quando essa multa não é contestada.

Temos também 24 interdições cautelares por questões de identificação de não conformidade crítica em plataformas, sejam elas de perfuração ou de produção.

Ontem, nós paramos uma atividade no Campo de Lula. Como é que foi isso? Entendemos que um equipamento de segurança, este BOP, estava já carecendo de manutenção. Então, interditamos, mas, na verdade, não



## Congresso Nacional

**“Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 2, de 2014 - CN, “com a finalidade de investigar irregularidades envolvendo a empresa Petróleo Brasileiro S/A (PETROBRAS), ocorridas entre os anos de 2005 e 2014 e relacionadas à compra da Refinaria de Pasadena, no Texas (EUA), ao lançamento de plataformas inacabadas, ao pagamento de propina a funcionário da estatal, e ao superfaturamento na construção de refinarias”.**

interditamos; interrompemos a atividade para que o BOP pudesse sofrer a manutenção devida.

No caso desse ambiente regulatório, então, o que eu estou mostrando aos senhores é que a gente atua sistematicamente, que nós atuamos preventivamente e que nós atuamos também, muitas vezes tidos como uma rigidez excessiva, aprimorando continuamente as técnicas de fiscalização e de regulação.

Próxima, por favor.

Nós temos, ao longo desse período de 2007 para cá, diversas lições aprendidas. Então, em 2001, os senhores lembram, nós tivemos um evento extremamente chocante, que foi o afundamento da plataforma P-36, no campo de Roncador. Foi um acidente terrível que matou mais de uma dezena de trabalhadores. Logo no ano seguinte, nós tivemos o adernamento da P-34. Esses dois acidentes levaram a ANP a aprimorar a sua regulação e eles foram a semente para desaguar nesse regulamento, que eu digo que é moderno e severo, de segurança operacional, que é a nossa Resolução ANP nº 43/2007.

Próximo, por favor.

Na primeira OTC Brasil, a DNV fez um trabalho que tem esse título que estou projetando aí para vocês, comparando o que eles chamam de caso seguro, um regulamento no âmbito da instituição que é como se fosse um fórum internacional de contratados para perfuração, e se comparou esse Safety Case adotado por diversos países, inclusive pelos Estados Unidos, com a Resolução ANP nº 43/2007. A conclusão desse trabalho apresentado no âmbito da OTC Brasil é que a nossa regulação é muito mais severa do que o Safety Case; e muito mais severa porque exige todos aqueles itens que eu coloquei ali a mais do que o Safety Case dos contratistas de perfuração.

Próximo, por favor.

Continuando nas lições aprendidas, em 2009, nós tivemos um acidente na Austrália, no campo de Montara, e em 2010, o acidente de Macondo, no Golfo do México. Esses dois acidentes nos levaram a concluir que tínhamos de fazer também alguma coisa diferente na Agência Nacional do Petróleo.

Até então, os nossos especialistas eram os que lidavam desde a exploração até a produção. Em função desses dois acidentes, nós decidimos e passamos a aprimorar e segregar alguns especialistas para lidar apenas com perfuração de petróleo.

Próximo, por favor.

Mais recentemente, já em 2011, nós tivemos o acidente no campo de Frade, na Bacia de Campos, e o acidente no campo de Elgin, no Mar do Norte inglês. E esses dois acidentes nos levaram a também mudar um procedimento. Aquela análise de risco e todo aquele procedimento de risco que adotávamos, passamos a requisitar, então, que também fossem previamente apresentados à ANP antes de serem apresentados e depositados nas plataformas. Então, tudo isso é lição aprendida com acidentes ocorridos não apenas no Brasil, mas no mundo.



## Congresso Nacional

**“Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 2, de 2014 - CN, “com a finalidade de investigar irregularidades envolvendo a empresa Petróleo Brasileiro S/A (PETROBRAS), ocorridas entre os anos de 2005 e 2014 e relacionadas à compra da Refinaria de Pasadena, no Texas (EUA), ao lançamento de plataformas inacabadas, ao pagamento de propina a funcionário da estatal, e ao superfaturamento na construção de refinarias”.**

Próximo.

Aqui eu trouxe para os senhores... Eu não sei se interessa aos senhores. Vou perguntar ao Senador Gim Argello se ele pretende que assim se prossiga: um a um, todos os incidentes que aconteceram e que os senhores elencaram nos requerimentos que nos foram apresentados.

**O SR. PRESIDENTE** (Gim. Bloco União e Força/PTB - DF) – Se a senhora puder passar por eles, não precisa... Se alguém quiser se aprofundar, um Parlamentar perguntará sobre determinado acidente. Mas a senhora pode citá-los.

**A SRª MAGDA CHAMBRIARD** – Está bom.

Então, no caso da P-20, nós tivemos incêndios decorrentes de falha de procedimentos a quente. O que é isso? Soldas, esmerilagem, etc., quando eles ficam próximos de uma área classificada. Por exemplo, nós tivemos um acidente em decorrência de uma solda e de uma esmerilagem de corrosão, num local que estava sendo pintado e, portanto, tinha solvente. E aconteceu um acidente.

Próximo, por favor.

No caso da SS-53, foi uma plataforma que adernou por falha de manutenção numa válvula no lastro da plataforma.

Próximo, por favor.

O caso da P-62 é um que ensejou muito questionamento à Agência Nacional do Petróleo. É um caso no qual a plataforma foi para a locação incompleta, para ter seus procedimentos de construção completados na locação. O Ministério do Trabalho e Emprego fiscalizou a plataforma antes de ela operar e interditou essa plataforma. Sanadas as não conformidades do Ministério do Trabalho e Emprego, essa plataforma começou a operar. No começo da operação, a Agência Nacional do Petróleo também embarcou, a partir do início da operação, e também interditou a plataforma.

Então, é importante dizer aqui que essa plataforma foi interditada pelo Ministério do Trabalho e Emprego, por não conformidades relacionadas às atividades do Ministério do Trabalho e Emprego, e foi interditada pela ANP, em função de não conformidades relacionadas à atividade da ANP. No caso da ANP, a não conformidade foi que a análise de risco apresentada para a Agência Nacional de Petróleo não contemplava a situação de a plataforma estar tendo a sua construção concluída concomitantemente com a operação de produção.

Foi isso que ensejou, então, a nossa interdição. Sanada a não conformidade, tanto do Ministério do Trabalho e Emprego quanto da ANP, a plataforma foi liberada.

Próximo, por favor.

No caso da PNA-1, da mesma forma, falha de procedimento a quente, incêndio provocado por falha de procedimento a quente.

Próximo, por favor.



## Congresso Nacional

**“Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 2, de 2014 - CN, com a finalidade de investigar irregularidades envolvendo a empresa Petróleo Brasileiro S/A (PETROBRAS), ocorridas entre os anos de 2005 e 2014 e relacionadas à compra da Refinaria de Pasadena, no Texas (EUA), ao lançamento de plataformas inacabadas, ao pagamento de propina a funcionário da estatal, e ao superfaturamento na construção de refinarias”.**

No caso da P-34, foi uma abertura indevida de válvula de interligação de Campos, de tanques para o lastro. Houve um desbalanceamento de lastro por falha de procedimento e a plataforma adernou.

Próximo, por favor.

No caso da P-36, que aconteceu em 2001, foi bem mais complicado, porque, nesse caso, a gente teve falha de processo, falha de projeto e falha de manutenção.

Próximo, por favor.

Perspectivas para a próxima década.

A primeira coisa que tenho para dizer para os senhores é que a gente tem programado, se tudo sair conforme planejado, atingir o valor de cerca de 5 milhões de barris, por dia, de petróleo até 2020, 2022. Esse patamar de cerca de 5 milhões de barris de petróleo pode ser mantido a partir da produção do excedente da cessão onerosa, que é um acesso a recurso da ordem de 15 bilhões de barris, que o Governo brasileiro autorizou para ser contratado diretamente para a Petrobras em junho último.

Para que isso tudo aconteça, vamos ter que ter um cuidado permanente de segurança, ou seja, não podemos relaxar com cultura de segurança. A cultura de segurança tem que estar entranhada em todos nós, tem que fazer parte da cultura dos operadores, dos prestadores de serviço, dos sindicatos, dos trabalhadores, da Agência Nacional do Petróleo, da Marinha, do Ministério do Trabalho e Emprego e assim por diante. É esse o passaporte para o futuro. Essa segurança tem que ser rígida, tem que estar no estado da arte do que de melhor acontece no mundo, tem que se beneficiar do intercâmbio de informações não apenas entre instalações e operadores, mas entre países, como mostrei para os senhores que acontece, efetivamente acontece. Tudo isso leva ao passaporte do futuro que desejamos e à situação de um país que pode vir a ser um dos maiores produtores de petróleo do mundo.

Hoje em dia, no mundo, temos três países que produzem na casa dos 10 milhões de barris por dia. Saindo daí, já temos um distanciamento muito grande em termos de produção. Estamos almejando participar da produção do mundo na ordem do quarto, quinto país produtor de petróleo. É disso que se trata e é isso que, vamos dizer assim, merece toda nossa atenção.

Próximo, por favor.

Considerações finais.

O que disse aqui para os senhores nada mais é do que isto: a nossa regulamentação de segurança operacional é considerada moderna. É considerada, por quem, moderna? Por nós mesmos? Não. Por nós mesmos, pelos operadores, pelos contratistas e por diversos países integrantes do Fórum Internacional de Reguladores, e por outros países também, que nos procuram no nosso dia a dia para dividir conosco conhecimentos relativos à segurança operacional marítima.



## Congresso Nacional

**“Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 2, de 2014 - CN, “com a finalidade de investigar irregularidades envolvendo a empresa Petróleo Brasileiro S/A (PETROBRAS), ocorridas entre os anos de 2005 e 2014 e relacionadas à compra da Refinaria de Pasadena, no Texas (EUA), ao lançamento de plataformas inacabadas, ao pagamento de propina a funcionário da estatal, e ao superfaturamento na construção de refinarias”.**

Eu disse para os senhores também que nós estamos praticando o que de melhor existe no mundo e que nós estamos praticando intercâmbio de informações que permite, por exemplo, que a agência reguladora de segurança dos Estados Unidos identifique uma falha de segurança em parafusos que nós também usamos e que isso gere, por parte da Agência Nacional de Petróleo, um alerta de segurança que aprimore as instalações marítimas brasileiras como um todo. Disse para os senhores que a fiscalização tem adotado padrões rígidos de segurança e disse para os senhores que paramos uma operação ontem. Isso faz com que, no período de 2010 a 2014, a gente tenha parado 25 instalações marítimas de produção. Eu não conheço outra agência reguladora de segurança no mundo que tenha feito isso, que tenha feito tal volume de medidas cautelares.

E vou dizer para os senhores também que buscamos prevenção porque nós entendemos que prevenção, rigidez e principalmente o entranhamento dessa cultura de segurança é que é o passaporte que nós desejamos para atingir os nossos cerca de 5 milhões de barris por dia e esse patamar também de 5 milhões de barris por dia a partir de 2020, 2022.

Era o que eu tinha para apresentar para os senhores.

**O SR. ONYX LORENZONI** (DEM - RS) – Questão de ordem, Presidente. Art. 14.

**O SR. PRESIDENTE** (Gim. Bloco União e Força/PTB - DF) – Muito obrigado pela oitiva, pela sua explanação, Dr<sup>a</sup> Magda Chambriard.

Por questão de ordem – vou passar a palavra para o Relator, porque tem preferência –, atendendo ao art. 14...

**O SR. ONYX LORENZONI** (DEM - RS) – Muito rapidamente, art. 14, inciso X, alínea "a". É muito rapidamente, para fazer uma contribuição aos trabalhos.

Primeiro, quero só cobrar aqui, Presidente, porque os dois propositores da oitiva da Dr<sup>a</sup> Magda, e ela não tem culpa disso, sequer estão presentes, sequer assinaram a lista, sequer vão questionar. Então, vou fazer um apelo ao Relator, que já esteve aqui hoje, está se recuperando, para que a gente foque, nestes poucos dias que temos, naqueles casos, e são inúmeros, em que nós temos realmente efetividade na investigação. Seria fantástico ouvir, na finalização de uma CPMI que cumprisse com o seu papel investigatório, as contribuições que a Dr<sup>a</sup> Magda tem que dar. Acho que seria ótimo. Mas este momento, desculpe, é de indignação, porque alguém aqui, que está aqui, quer investigar e é a negação da investigação o depoimento da Dr<sup>a</sup> Magda. Volto a dizer que V. S<sup>a</sup> não tem nada a ver com isso. É apenas uma questão interna nossa a que a senhora está assistindo.

E queria também comunicar a esta CPMI que no dia 17, perdão, no dia 12 de junho, a Sr<sup>a</sup> Maria das Graças Foster esteve nesta CPMI, jurou, tomou compromisso, na qualidade de testemunha, testemunhou e mentiu, porque quando ela – o *site* da Petrobras publica a última entrevista coletiva da direção da





## Congresso Nacional

**“Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 2, de 2014 - CN, “com a finalidade de investigar irregularidades envolvendo a empresa Petróleo Brasileiro S/A (PETROBRAS), ocorridas entre os anos de 2005 e 2014 e relacionadas à compra da Refinaria de Pasadena, no Texas (EUA), ao lançamento de plataformas inacabadas, ao pagamento de propina a funcionário da estatal, e ao superfaturamento na construção de refinarias”.**

Petrobras – comunica que no dia 23 de maio a SBM Offshore comunica telefonicamente a ela e, oficialmente, no dia 26, a Petrobras oficia o Ministério Público Federal do Rio de Janeiro e a Controladoria-Geral da União de que recebeu a informação, portanto, muito tempo antes da chegada da Sr<sup>a</sup> Maria das Graças Foster nesta CPMI, onde ela cometeu falso testemunho...

Hoje de manhã, entreguei ao Dr. Marcus Marcelos Goulart, Procurador-Chefe da Procuradoria da República do Distrito Federal, está protocolada sob o número 41.602, de 2014, uma queixa-crime. A Presidente da Petrobras pode muitas coisas; não pode mentir. Essa companhia despencou. Vale um terço do que valia há cinco anos. A ação dela vale um quarto do que valia nessa mesma época. Ela foi colocada lá, segundo dizia a Presidente Dilma, para ter uma gestão mais profissional e recuperar a empresa. A empresa está desabando em credibilidade no mundo. E foi, durante muito tempo, a maior empresa brasileira e é a terceira. De quarta petrolífera do mundo, já está lá pelo 14º lugar e por aí afora vai lomba abaixo. Ninguém mais acredita. Portanto, não é admissível que uma presidente de uma companhia desse porte venha ao Congresso Nacional e minta, omita, esconda informações vitais. Se ela foi capaz de fazer isso com o Congresso Nacional, com uma CPMI, onde está a representação da sociedade brasileira, do que mais é capaz essa senhora?

Ela acumula... É lícito para mim supor, Presidente, que ela acumula hoje a Diretoria Internacional, onde estava Cerveró e Zelada, para quê? Será que uma presidente da Petrobras já não tem problema que chegue? Para que acumular?

É para melhorar ou é para apagar digitais? Esse é o questionamento que é lícito e que eu faço.

Como um investidor pequeno ou grande... e aí é bom lembrar que desabou para em torno de R\$12,00 uma ação da Petrobras! Eu não me esqueço do Fundo de Garantia dos trabalhadores que compraram ação a R\$40,00, a R\$38,00, a R\$42,00! É correto isso?

Portanto, Sr. Presidente, eu trago essa notícia com pesar, porque, para mim, é uma tragédia que a Presidente da maior companhia brasileira seja uma mentirosa. Para mim, como Parlamentar, é inadmissível que uma pessoa que tem a capacidade de vir ao Parlamento e mentir continue presidindo. Quando ela afirma ao investidor, quando ela afirma às ações da companhia, quando ela diz que não há problema em lugares onde há problema, ela está dizendo a verdade ou ela está mentindo?

É inadmissível que essa senhora, depois de ter vindo a esta CPMI e cometido falso testemunho, pena de reclusão de 2 a 4 anos e multa... Isso está claramente colocado no Código Penal Brasileiro, art. 342.

Portanto, Sr. Presidente, eu vou enviar oficialmente – aqui está apenas a cópia da queixa-crime que levei ao Ministério Público – para que a CPI possa receber esse documento e o Sr. Relator possa dispor dessa documentação.



## Congresso Nacional

**“Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 2, de 2014 - CN, com a finalidade de investigar irregularidades envolvendo a empresa Petróleo Brasileiro S/A (PETROBRAS), ocorridas entre os anos de 2005 e 2014 e relacionadas à compra da Refinaria de Pasadena, no Texas (EUA), ao lançamento de plataformas inacabadas, ao pagamento de propina a funcionário da estatal, e ao superfaturamento na construção de refinarias”.**

Da mesma maneira, um estudo que fizemos que demonstra claramente que, de 2010 para cá, a ação da Petrobras, hoje, vale um terço pela má gestão efetuada na empresa pelo aparelhamento, pelo desvio de dinheiro, pela corrupção, para que isso também faça parte da análise do relatório que vamos fazer.

E quero lembrar, e conluo, Presidente, que acabei de vir da reunião final da comissão externa que ficou encarregada, na Câmara do Deputados, de investigar as relações da Petrobras com a SBM *offshore*. Vai vir para cá um relatório feito pelo Deputado Leonardo Quintella e ele virá também com a parte sigilosa.

E é inadmissível que, até o presente momento, nós não tenhamos ouvido aqui o Sr. Júlio Faerman, que não tenha sido quebrado o sigilo fiscal e bancário desse cidadão, que não tenha sido quebrado o sigilo bancário das empresas que ele utilizou para receber a bagatela, já confessada pela SBM *offshore* ao *Openbaar*, que é o Ministério Público holandês, de US\$129 milhões. Ele lá já disse que 2% eram para os agentes ligados, quer servidores ou agentes públicos, ligados a Petrobras.

Portanto, quero pedir a V. Ex<sup>a</sup> que leve ao Presidente e ao Relator para que, com a maior brevidade, nós possamos ter uma nova reunião para aprovar questões tão gravosas. A própria Presidente da Petrobras, que mentiu aqui, reconhece publicamente que foi transferido dinheiro e propina. Como é que nós não quebramos o sigilo dessas empresas?

*(Soa a campanha.)*

**O SR. ONYX LORENZONI (DEM - RS)** – E não obrigamos o Sr. Julio Faerman a vir aqui prestar esclarecimentos ao Brasil, que quer saber tudo sobre essa barbaridade que fizeram com a Petrobras?

**O SR. RONALDO CAIADO (DEM - GO)** – Sr. Presidente, peço tempo de Líder, como membro da Comissão e Líder da Minoria no Congresso Nacional.

**O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB - DF)** – Tempo de Líder ao nobre Deputado, futuro Senador, Ronaldo Caiado.

**O SR. RONALDO CAIADO (DEM - GO)** – Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB - DF)** – V. Ex<sup>a</sup> tem 5 minutos.

**O SR. RONALDO CAIADO (DEM - GO)** – Sr. Presidente, estamos assistindo, realmente, a um ato de tentar procrastinar, sendo que o próprio Deputado Sibá sequer aqui veio para formular as questões ou as dúvidas que tinha. Quer dizer, com essa atitude, em vez de entrar no foco principal da CPMI, nós estamos vendo essa manobra que o Governo está praticando, exatamente para tergiversar ou para levar a CPMI a uma posição de ser quase que inconclusa no final do ano legislativo e da nossa Legislatura.

Com isso, Sr. Presidente, quero solicitar a V. Ex<sup>a</sup>, que preside a reunião hoje, como um Parlamentar que sabe da importância do cargo que ocupa, junto ao Presidente da Casa, junto ao Presidente da CPMI, o Senador Vital, que,



## Congresso Nacional

**“Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 2, de 2014 - CN, “com a finalidade de investigar irregularidades envolvendo a empresa Petróleo Brasileiro S/A (PETROBRAS), ocorridas entre os anos de 2005 e 2014 e relacionadas à compra da Refinaria de Pasadena, no Texas (EUA), ao lançamento de plataformas inacabadas, ao pagamento de propina a funcionário da estatal, e ao superfaturamento na construção de refinarias”.**

na próxima terça-feira, já que teremos aqui acareação, com isso garantido o quórum dessa reunião, seja feita, com uma hora de antecedência da reunião e da audiência pública, uma reunião extraordinária com o objetivo exclusivo de discutirmos e aprovarmos os requerimentos que estão em pauta e que acabamos de apresentar a V. Ex<sup>a</sup>.

De minha parte, o primeiro requerimento diz respeito à convocação do ex-Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, pois tudo leva a crer, diante dos fatos que chegaram até o momento, em relação aos depoimentos e também à delação premiada do Youssef, que existiu uma ligação direta e uma autorização, no momento em que informam que o ex-Deputado Janene articulou essa estratégia para poder ali criar um clima de fazer com que os empresários pagassem o pedágio ou a propina e, logo a seguir, a Petrobras fosse obrigada a aceitar um sobrepreço para que aquilo viesse a atender as pessoas que queriam usufruir desse dinheiro de propina, quebrando e inviabilizando a Petrobras.

O segundo ofício, Sr. Presidente, é exatamente convidando a Presidente Dilma Rousseff para que venha, pois, além da declaração do Youssef, temos agora um *e-mail*, em que o Paulo Roberto se dirige diretamente à Presidente. Quer dizer, ela era Ministra-Chefe da Casa Civil e foi, durante oito anos, presidente do Conselho. Paulo Roberto é um diretor; não se dirige ao presidente da empresa; dirige-se diretamente à Presidente da República, dizendo-lhe para tomar uma providência, porque o Congresso Nacional quer bloquear todo o repasse orçamentário para essas verbas que o TCU declarou impróprias, devido a todo um relatório que consolida o desvio do dinheiro e o sobrepreço daquelas obras. Com isso, está mais do que claro que ela teve conhecimento da matéria, e, hoje, todos nós, brasileiros, sabemos de que tamanho é o vulto desse desvio, que já foi considerado o maior escândalo já visto em todos os países democráticos do mundo. Então, é algo inimaginável isso a que estamos assistindo no Brasil. Daí o segundo ofício, convidando a Presidente Dilma Rousseff.

O terceiro. Solicito à Abin que encaminhe a esta CPMI todos os relatórios referentes a essas obras da Petrobras. Todos os relatórios. Porque, Sr. Presidente, se a Abin disser que não tem, ela não tem sentido de existir. Porque, se ela tem a função principal de informar a Presidente da República o que está ocorrendo e esse fato, principalmente, da Abreu e Lima, onde estiveram todos os funcionários da Abin no momento em que Eduardo Campos seria candidato à Presidente da República, é lógico que a Abin tem relatórios, e devem ser consistentes, sobre todos esses desvios...

*(Soa a campanha.)*

**O SR. RONALDO CAIADO (DEM - GO) – ...sobre todos esses indícios de superfaturamento das obras contratadas pela Petrobras, como também das propinas pagas aos funcionários.**

Estou concluindo.



## Congresso Nacional

**“Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 2, de 2014 - CN, com a finalidade de investigar irregularidades envolvendo a empresa Petróleo Brasileiro S/A (PETROBRAS), ocorridas entre os anos de 2005 e 2014 e relacionadas à compra da Refinaria de Pasadena, no Texas (EUA), ao lançamento de plataformas inacabadas, ao pagamento de propina a funcionário da estatal, e ao superfaturamento na construção de refinarias”.**

Sendo assim, Sr. Presidente, solicito de V. Ex<sup>a</sup>, com a importância que sabe que tem ao responder por esta CPMI, que leve ao Presidente Vital do Rêgo esta nossa solicitação de uma sessão extraordinária na próxima terça-feira, uma hora antes da audiência pública.

É o que tenho a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Gim. Bloco União e Força/PTB - DF) – Muito obrigado, Líder Ronaldo Caiado.

Vou lhe responder dizendo que amanhã nós teremos, novamente, uma audiência, uma oitava aqui, na nossa CPMI e amanhã, então, lhe darei essa resposta. É o tempo de que eu preciso para conversar com o Sr. Presidente, que, estando presente, ele mesmo responde a V. Ex<sup>a</sup>. Eu também acho provável e também gostaria de participar dessa próxima reunião na próxima terça-feira, dessa reunião administrativa. Mas, para essa decisão, eu preciso estar com o Sr. Presidente Vital do Rêgo e com o Sr. Relator Marco Maia. Mas amanhã mesmo, à tarde, na hora da sessão que nós teremos, eu já lhe respondo.

**O SR. RONALDO CAIADO** (DEM - GO) – Obrigado, Sr. Presidente.

Eu não lhe pedi que V. Ex<sup>a</sup> deliberasse porque não há quórum no momento em que V. Ex<sup>a</sup> presidindo.

**O SR. PRESIDENTE** (Gim. Bloco União e Força/PTB - DF) – Exatamente. É verdade.

Muito obrigado.

**O SR. RONALDO CAIADO** (DEM - GO) – Não é que eu não o tenha distinguido como Presidente...

**O SR. PRESIDENTE** (Gim. Bloco União e Força/PTB - DF) – Eu entendi.

**O SR. RONALDO CAIADO** (DEM - GO) – ...mas é porque, infelizmente, nós somos um pouco mais de quatro Deputados.

**O SR. PRESIDENTE** (Gim. Bloco União e Força/PTB - DF) – Eu entendi, Líder Ronaldo Caiado.

Eu pergunto se algum Líder gostaria de levantar alguma questão de ordem. Se não, por preferência, o Relator agora fará as perguntas. Eu acho que ele tem várias perguntas a fazer à nossa convidada que está nesta oitava.

**O SR. AFONSO FLORENCE** (PT - BA) – Sr. Presidente, Srs. Parlamentares,...

**O SR. PRESIDENTE** (Gim. Bloco União e Força/PTB - DF) – Por favor, Deputado Afonso Florence, Relator *ad hoc*.

**O SR. AFONSO FLORENCE** (PT - BA) – ...eu só quero registrar que fui um dos subscritores do requerimento e que, por procedimento protocolar, o subscritor é sempre considerado o primeiro nome a falar. Então, estando aqui como Relator *ad hoc*, estarei contemplado pelas perguntas feitas pelo Relator, que



## Congresso Nacional

**“Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 2, de 2014 - CN, com a finalidade de investigar irregularidades envolvendo a empresa Petróleo Brasileiro S/A (PETROBRAS), ocorridas entre os anos de 2005 e 2014 e relacionadas à compra da Refinaria de Pasadena, no Texas (EUA), ao lançamento de plataformas inacabadas, ao pagamento de propina a funcionário da estatal, e ao superfaturamento na construção de refinarias”.**

todos viram presente aqui hoje, ainda convalescendo desse acidente de motocicleta.

Sr<sup>a</sup> Magda, eu vou fazer todas as perguntas. Em algumas a senhora, de alguma forma, já tocou rapidamente. Se, porventura, para dar celeridade aos trabalhos, os demais Parlamentares puderem fazer suas perguntas e intervenções e a senhora considerar que já respondeu, a senhora diz "já respondi", se a senhora achar que, para fins de relatório da CPMI...

Eu e os outros Relatores e, certamente, muitos Parlamentares que compõem esta CPMI consideram relevante a contribuição que a ANP pode dar. Há quatro eixos de investigação e um deles diz respeito à segurança de plataforma, obviamente, e diz respeito às atribuições da ANP. Então, a presença de V. S<sup>a</sup> é muito importante.

Eu vou fazer todas as perguntas que o Relator me dirigiu. Se, eventualmente, a senhora considerar que já respondeu, a senhora apenas diz, rapidamente, "já respondi". Se não, pode complementar ou, circunstanciadamente, responder.

Vou tentar sempre ser muito rápido aqui na leitura.

Sobre a ANP na fiscalização da segurança nas plataformas.

Quais as atribuições da ANP em relação ao processo de segurança das plataformas?

Faço todas?

**O SR. PRESIDENTE** (Gim. Bloco União e Força/PTB - DF) – Quantas são?

**O SR. AFONSO FLORENCE** (PT - BA) – São 32.

**O SR. PRESIDENTE** (Gim. Bloco União e Força/PTB - DF) – Pode fazer.

**O SR. AFONSO FLORENCE** (PT - BA) – Sabe-se que o Brasil está na vanguarda das atividades de exploração e produção no mar e que essas atividades envolvem muitos riscos no quesito segurança.

Como V. S<sup>a</sup> avalia a atual normatização das atividades e o sistema existente para a garantia de que as normas sejam cumpridas?

O crescimento das atividades de exploração e produção de petróleo e gás natural na plataforma continental brasileira exige o enfrentamento da questão da segurança das embarcações e das plataformas utilizadas nessas atividades.

Como V. S<sup>a</sup> avalia o impacto desse crescimento frente à questão de segurança?

V. S<sup>a</sup> entende serem cabíveis ou necessárias mudanças de procedimentos que aperfeiçoem as fiscalizações?

4- Além da ANP, V. S<sup>a</sup> poderia informar quais outras instituições atuam no processo de fiscalização da segurança das plataformas?

Quem responde pela homologação?





## Congresso Nacional

“Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 2, de 2014 - CN, “com a finalidade de investigar irregularidades envolvendo a empresa Petróleo Brasileiro S/A (PETROBRAS), ocorridas entre os anos de 2005 e 2014 e relacionadas à compra da Refinaria de Pasadena, no Texas (EUA), ao lançamento de plataformas inacabadas, ao pagamento de propina a funcionário da estatal, e ao superfaturamento na construção de refinarias”.

Existe alguma articulação das instituições para um trabalho conjunto antes da saída do estaleiro?

Que documentos são emitidos por esses órgãos?

**A SRª MAGDA CHAMBRIARD** – O senhor pode repetir essa última pergunta?

**O SR. AFONSO FLORENCE** (PT - BA) – Vou repetir.

5- Quais os requisitos avaliados pela ANP no exercício da fiscalização?

Quais são os principais sistemas operacionais que devem ser verificados antes da saída da plataforma, do estaleiro?

Existe equipe disponível para o exercício dessa fiscalização?

Como a ANP desempenha esta fiscalização?

6- Procedem as denúncias de que as plataformas da Petrobras estariam sendo lançadas ao mar sem uma série de componentes primordiais à segurança das instalações?

**O SR. CARLOS SAMPAIO** (PSDB - SP) – Sr. Presidente, se V. Exª me permitir e o Relator também, apenas para uma sugestão.

**O SR. PRESIDENTE** (Gim. Bloco União e Força/PTB - DF) – Pois não.

**O SR. CARLOS SAMPAIO** (PSDB - SP) – Parece-me que são perguntas eminentemente técnicas que poderiam ser respondidas por escrito, pela depoente, que, depois, forneceria esses elementos, porque não é pergunta sobre a qual nós vamos, aqui, tirar dúvidas. Ela vai esclarecer fatos; então, esclareça por escrito. Porque eu estou até percebendo a dificuldade dela em anotar, tal a agilidade das perguntas.

**O SR. PRESIDENTE** (Gim. Bloco União e Força/PTB - DF) – Eu vou fazer diferente. Vou pedir para a nossa Assessoria tirar cópia das perguntas.

**O SR. AFONSO FLORENCE** (PT - BA) – Não. Eu tenho um rol de perguntas que eu considero que não são somente...

**O SR. CARLOS SAMPAIO** (PSDB - SP) – Essas daí eu acho que seriam ideais – as outras, ela responde por escrito –, aquelas que podem causar uma celeuma, uma dúvida.

**O SR. PRESIDENTE** (Gim. Bloco União e Força/PTB - DF) – O senhor tem uma cópia dessas suas perguntas?

**O SR. AFONSO FLORENCE** (PT - BA) – Temos cópias. Podemos fornecê-las.

**O SR. PRESIDENTE** (Gim. Bloco União e Força/PTB - DF) – Eu vou fornecer uma cópia para a depoente, porque aí ela acompanha com mais facilidade. E essas perguntas técnicas... São quantas perguntas técnicas, Sr. Relator?



## Congresso Nacional

“Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 2, de 2014 - CN, “com a finalidade de investigar irregularidades envolvendo a empresa Petróleo Brasileiro S/A (PETROBRAS), ocorridas entre os anos de 2005 e 2014 e relacionadas à compra da Refinaria de Pasadena, no Texas (EUA), ao lançamento de plataformas inacabadas, ao pagamento de propina a funcionário da estatal, e ao superfaturamento na construção de refinarias”.

**O SR. AFONSO FLORENCE** (PT - BA) – De 32, temos 23, todas consideradas muito importantes. Mas eu tenho algumas relativas a FPSO, sobre modelo de custos... Essas, então, eu as faria aqui.

**O SR. PRESIDENTE** (Gim. Bloco União e Força/PTB - DF) – Por favor. Pode ser assim, Sr. Relator?

**O SR. CARLOS SAMPAIO** (PSDB - SP) – Da minha parte, tudo bem.

**O SR. PRESIDENTE** (Gim. Bloco União e Força/PTB - DF) – Então, faremos assim.

Por favor.

**O SR. AFONSO FLORENCE** (PT - BA) – Sr. Presidente, só para me orientar e talvez facilitar. Como não são muitas, podemos adotar aquele procedimento regular de ela... Para ela não ter que ficar anotando.

**O SR. PRESIDENTE** (Gim. Bloco União e Força/PTB - DF) – Você pergunta, nesse caso, e ela já responde de imediato. É isso?

**O SR. AFONSO FLORENCE** (PT - BA) – É.

**O SR. PRESIDENTE** (Gim. Bloco União e Força/PTB - DF) – Está bem, então. Faremos assim.

**O SR. AFONSO FLORENCE** (PT - BA) – Então, eu vou para o bloco 4 de perguntas elaboradas pelo Relator, Deputado Marco Maia, Sr<sup>a</sup> Magda.

Sobre FPSO.

Os *royalties* e a participação especial são as duas principais receitas governamentais diretas do setor petrolífero. A participação especial corresponde a um percentual da receita líquida, que é calculada a partir da receita bruta, deduzidos os custos. Como a ANP audita os custos da Petrobras?

**A SR<sup>a</sup> MAGDA CHAMBRIARD** – O.k.

O que nós fazemos no caso dessa participação especial? Os concessionários têm a obrigação de mandar para nós uma coisa que nós chamamos relatório trimestral de gastos. Esse relatório trimestral de gastos enseja informações sobre investimentos e custos operacionais em Reais e em dólares, quando ocorrem dessa maneira, trimestralmente, sobre todos os campos de petróleo e sobre todas as concessões e contratos para exploração e produção. Essa participação, então, é calculada e a ANP solicita, por exemplo, notas fiscais e documentações que comprovem esse desembolso.

**O SR. AFONSO FLORENCE** (PT - BA) – Os custos de afretamento de FPSOs pela Petrobras são hoje compatíveis com os do mercado internacional?

**A SR<sup>a</sup> MAGDA CHAMBRIARD** – A ANP não tem a atribuição de fazer essa comparação. A gente não faz essa comparação. O que a gente faz é receber o custo e ver se esse custo foi efetivamente praticado.

**O SR. AFONSO FLORENCE** (PT - BA) – A ANP usa algum modelo específico de custo, bem como métricas e referências internacionais sobre afretamento de FPSO?



## Congresso Nacional

“Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 2, de 2014 - CN, “com a finalidade de investigar irregularidades envolvendo a empresa Petróleo Brasileiro S/A (PETROBRAS), ocorridas entre os anos de 2005 e 2014 e relacionadas à compra da Refinaria de Pasadena, no Texas (EUA), ao lançamento de plataformas inacabadas, ao pagamento de propina a funcionário da estatal, e ao superfaturamento na construção de refinarias”.

**A SR<sup>a</sup> MAGDA CHAMBRIARD** – Não.

**O SR. AFONSO FLORENCE** (PT - BA) – Caso positivo, quais são?  
Não.

Que instituições atuam nesse segmento?

**A SR<sup>a</sup> MAGDA CHAMBRIARD** – Como assim que instituições atuam?

**O SR. AFONSO FLORENCE** (PT - BA) – Na elaboração de métricas, na elaboração de modelos de custo.

**A SR<sup>a</sup> MAGDA CHAMBRIARD** – As compras de uma instituição pública ou de economia mista etc. são auditadas periodicamente pelos órgãos de controle, no sentido de ver se foi mais caro ou mais barato. A gente tem órgãos de controle que se especializam em fazer isso.

**O SR. AFONSO FLORENCE** (PT - BA) – Bloco 5. Sobre refinarias e modelos de custo. O § 1º do art. 53 da Lei nº 9.478, de 1997, determina que a ANP estabeleça "os requisitos técnicos, econômicos e jurídicos a serem atendidos pelos proponentes e as exigências de projeto quanto à proteção ambiental e à segurança industrial e das populações".

Para qualquer empresa ou consórcio de empresas, referindo-se à construção e operação de refinarias e de unidades de processamento de liquefação, de regaseificação e de estocagem de gás natural, V. S<sup>a</sup> poderia expor quais são esses requisitos?

**A SR<sup>a</sup> MAGDA CHAMBRIARD** – O.k. Nesse caso, o que nós fazemos é mais uma qualificação das empresas. Por exemplo, quando uma empresa se habilita a requerer uma autorização da Agência Nacional do Petróleo para construção, pode ser de uma refinaria, de uma distribuidora, de um posto de gasolina etc., nós não entramos no mérito se aquele projeto é caro ou barato. O que fazemos é olhar esse projeto sob a visão técnica, se esse projeto é capaz de seguramente entregar um produto de qualidade, dentro das especificações. Então, temos resoluções de diretoria que resultam em resoluções da ANP, publicadas pela internet, que os agentes econômicos têm que seguir. Lá estão todos os procedimentos e todos os requisitos necessários para se habilitar a uma autorização da ANP, seja de construção ou de operação.

**O SR. AFONSO FLORENCE** (PT - BA) – Nas obras de refino, qual é o papel da ANP?

**A SR<sup>a</sup> MAGDA CHAMBRIARD** – Pois é, quando um agente econômico aborda a ANP e diz assim: eu quero fazer uma refinaria, a primeira coisa que a gente diz a ele é: há uma resolução da ANP que diz todos os critérios que você tem que atender para que essa refinaria tenha sua construção autorizada. São critérios técnicos de projetos, de requisitos de segurança e também são critérios de qualificação do agente econômico. Por exemplo, um agente econômico não pode ter R\$10 no banco e pretender construir uma refinaria; ele tem que ter uma qualificação técnico-econômico-financeira.



## Congresso Nacional

**“Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 2, de 2014 - CN, “com a finalidade de investigar irregularidades envolvendo a empresa Petróleo Brasileiro S/A (PETROBRAS), ocorridas entre os anos de 2005 e 2014 e relacionadas à compra da Refinaria de Pasadena, no Texas (EUA), ao lançamento de plataformas inacabadas, ao pagamento de propina a funcionário da estatal, e ao superfaturamento na construção de refinarias”.**

Além disso, quando essa refinaria for concluída, o agente econômico busca a ANP e diz: agora eu quero operar. Aí a gente faz uma vistoria para ver se aquele projeto instalado no campo está daquela forma como foi apresentado. Então, essa vistoria gera um laudo que vai dizer à diretoria da ANP se aquele agente econômico realmente construiu o que disse que ia construir, isso está conforme, está seguro, e o produto que vai ser entregue está dentro das especificações. Portanto, recomendo a autorização. Aí a gente autoriza.

**O SR. AFONSO FLORENCE (PT - BA)** – A ANP utiliza algum modelo de custo, bem como métricas e referências internacionais sobre a construção de refinarias?

**A SR<sup>a</sup> MAGDA CHAMBRIARD** – Não, de novo esse é um assunto que não compete à ANP, compete mais aos órgãos de controle. Então, no caso da ANP, desde que o agente econômico se apresente à Agência e diga: "Olha, eu quero construir uma refinaria.", nós vamos entender que essa refinaria é de interesse econômico do agente, atende às normas brasileiras e que ele vai ter lucro com isso.

**O SR. AFONSO FLORENCE (PT - BA)** – A ANP realiza o acompanhamento das obras e avalia a capacidade da RNEST?

**A SR<sup>a</sup> MAGDA CHAMBRIARD** – A ANP faz vistorias e vê até que ponto o processo de todas as refinarias está acontecendo de acordo com o projetado.

**O SR. AFONSO FLORENCE (PT - BA)** – É possível a senhora afirmar qual a relevância da Refinaria Abreu e Lima para o abastecimento de derivados de petróleo no Brasil?

**A SR<sup>a</sup> MAGDA CHAMBRIARD** – Olha, no ano passado nós fechamos a nossa balança comercial com um déficit muito grande de derivados. Isso mostra a importância do refino no Brasil. Eu, pessoalmente, como Diretora-Geral da ANP, considero que a expansão do parque de refino brasileiro é absolutamente essencial.

Eu tinha pretendido trazer para os senhores, mas posso enviar a *posteriori*, um eslaide das receitas de exportação de óleo cru do México comparadas com as despesas de importação de derivados do México. E o México tem seis refinarias. No frígir dos ovos, é mais ou menos o seguinte: quase todo o dinheiro arrecadado pelo México em exportação de óleo cru é desembolsado com importação de derivados.

Então, eu acho que a gente não está fazendo todo esse esforço que nós estamos fazendo para explorar e produzir petróleo no Brasil, em águas tão profundas, em poços tão profundos, tão distantes da costa, para gastar tudo em importação de derivados. Mas essa é uma opinião pessoal minha.

**O SR. AFONSO FLORENCE (PT - BA)** – A Petrobras está construindo duas unidades de refino, Abreu e Lima e Comperj. Mais duas estão



## Congresso Nacional

**“Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 2, de 2014 - CN, “com a finalidade de investigar irregularidades envolvendo a empresa Petróleo Brasileiro S/A (PETROBRAS), ocorridas entre os anos de 2005 e 2014 e relacionadas à compra da Refinaria de Pasadena, no Texas (EUA), ao lançamento de plataformas inacabadas, ao pagamento de propina a funcionário da estatal, e ao superfaturamento na construção de refinarias”.**

previstas, Premium I e Premium II. Do ponto de vista do órgão regulador, é razoável que nenhuma dessas unidades de refino produza gasolina?

**A SRª MAGDA CHAMBRIARD** – Essa é uma questão que nós temos discutido. Bom, primeiro deixem-me dizer para os senhores o que nós efetivamente temos submetido à ANP.

Submetidas à ANP nós temos algumas expansões de refinarias existentes. Temos submetida à ANP a RNEST e temos submetido à ANP o Comperj. Não temos na ANP nenhuma documentação ou solicitação de autorização para a construção de nenhuma das duas Premium.

Além disso, a ANP também projeta um déficit de gasolina para o período de dez anos. Isso é real. Em diversas ocasiões nós temos discutido, tanto com o Ministério de Minas e Energia, quanto com a EPE, uma diferença de visões da ANP no tocante ao déficit de gasolina para os próximos dez anos. Nós estamos enxergando mais necessidade de gasolina do que o Ministério e a EPE. Neste momento, então, nós estamos discutindo esse assunto.

Porque esse é um assunto muito técnico, o senhor vai me perguntar por que essa diferença de visões? A diferença de visões na verdade se deve à questão do ciclo Otto. Nós temos uma gasolina dependente do consumo de etanol e vice-versa em função da frota *flex*. E, como nós enxergamos o desempenho do etanol nos próximos dez anos de forma diferente, nós também enxergamos que nós vamos precisar de mais gasolina nos próximos dez anos do que os outros dois órgãos estão vendo. Então, neste momento, nós estamos abrindo os nossos números e discutindo essa divergência, que eu acho que é grande. E, também, a opinião da Agência Nacional do Petróleo é de que nós vamos precisar, realmente, fazer mais gasolina.

**O SR. AFONSO FLORENCE (PT - BA)** – As questões finais. Muitos reservatórios estão descobertos pela Petrobras. Estendem-se por área da União. Dessa forma, é necessária a celebração de acordos de individualização da produção. Esses acordos podem gerar importantes receitas para as áreas de educação e saúde, nos termos da Lei nº 12.858/2013. V. Sª poderia nos dizer onde estão localizados esses reservatórios? A ANP tem estimativa dessas receitas para os próximos anos?

**A SRª MAGDA CHAMBRIARD** – Posso dizer que diversas individualizações de produção não têm estimativas de receitas, até porque são meramente visões - vamos dizer assim - ainda especulativas e que ainda carecem de mais investimentos em exploração para serem mais bem estimadas. Mas nós temos, por exemplo, um pequeníssimo pedaço do Campo de Lula em área aberta da União; nós temos um pequeníssimo pedaço de uma área em que a Shell atua em parceria com a Total, em área da União; nós temos uma parte também pequena de jazida que se estende além do Campo de Caxaréu, na parte da União; nós temos, assim, mais de uma dezena de situações dessas.





## Congresso Nacional

“Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 2, de 2014 - CN, “com a finalidade de investigar irregularidades envolvendo a empresa Petróleo Brasileiro S/A (PETROBRAS), ocorridas entre os anos de 2005 e 2014 e relacionadas à compra da Refinaria de Pasadena, no Texas (EUA), ao lançamento de plataformas inacabadas, ao pagamento de propina a funcionário da estatal, e ao superfaturamento na construção de refinarias”.

**O SR. AFONSO FLORENCE (PT - BA)** – Para se evitar a ocorrência de outros acidentes, ainda não são necessários aperfeiçoamentos nos procedimentos, tais como, a normatização das operações de exploração e produção de petróleo em áreas marítimas e um estabelecimento da obrigatoriedade de se implantar, no caso de grandes lâminas de água e de reservatórios profundos, um sistema de garantia de qualidade, segundo os critérios similares ao da indústria nuclear?

**A SR<sup>a</sup> MAGDA CHAMBRIARD** – Eu não estudei a fundo os critérios da indústria nuclear. O que eu posso garantir para os senhores é que, em termos de petróleo, o que nós estamos fazendo, como eu mostrei aqui, é o que tem de mais moderno no mundo.

Estamos em permanente contato com os países e as agências reguladoras que atuam regulando atividade marítima, principalmente aquelas profundas e ultraprofundas; estamos em permanente contato com operadores; estamos em permanente contato com os prestadores de serviço e emitimos alertas de segurança; aprimoramos a nossa regulamentação a partir de lições aprendidas. Todo esse processo tem sido muito dinâmico, tem permitido a inserção de novas tecnologias e – como eu mostrei aos senhores – o 2º Workshop de Segurança Operacional, que foi realizado pela Agência Nacional do Petróleo, neste mês de novembro, mostrou que tudo aquilo que a gente vem fazendo tem sido efetivo e tem também salvado vidas.

Então, esse relatório vai estar disponível na página da ANP, na internet, até por recomendação do Tribunal de Contas da União, que participou do nosso primeiro *workshop* técnico, como convidado, achou que a iniciativa era relevante e tem nos recomendado persistir nessa direção.

**O SR. AFONSO FLORENCE (PT - BA)** – Muitos foram os incidentes e problemas relacionados a atividades *offshore*. Não estaria evidente a necessidade de aperfeiçoar o sistema capaz de prevenir acidentes?

**A SR<sup>a</sup> MAGDA CHAMBRIARD** – Sim, nós temos feito isso. Então, por exemplo, temos tido – e identificamos – uma série de questões relativas a procedimentos falhos em operações a quente. O que é isso? É como eu falei para os senhores: soldagem.

Quando você vai soldar num local classificado... O que é um local classificado? É um local onde pode ter solvente, por exemplo, um local que esteja sendo pintado, que pode explodir. É um local onde possa haver algum hidrocarboneto, em geral gasoso, que faz com o ar uma mistura explosiva. Então, em todos esses casos nós identificamos falhas de procedimentos a quente que resultaram em incêndios a bordo. Alguns mais graves, outros menos graves. E isso ensejou alerta de segurança por parte da Agência Nacional do Petróleo, como eu mostrei para os senhores.

Outra questão que nós identificamos foi queda de trabalhadores de altura. O ano passado nós tivemos dois óbitos por queda de altura. E essas quedas



## Congresso Nacional

**“Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 2, de 2014 - CN, “com a finalidade de investigar irregularidades envolvendo a empresa Petróleo Brasileiro S/A (PETROBRAS), ocorridas entre os anos de 2005 e 2014 e relacionadas à compra da Refinaria de Pasadena, no Texas (EUA), ao lançamento de plataformas inacabadas, ao pagamento de propina a funcionário da estatal, e ao superfaturamento na construção de refinarias”.**

de altura também resultaram em um reforço, via alerta de segurança para a queda em altura, e como disse aos senhores, também já monitoramos, foi efetivo e que já salvou vidas.

Então, o que a gente percebe é que quando falamos de segurança e de cultura de segurança, aparece uma exacerbação da cultura de segurança e depois uma tendência, que é muito humana, de arrefecer. E a nossa função na Agência Nacional do Petróleo é não permitir esse arrefecimento.

**O SR. AFONSO FLORENCE (PT - BA)** – Procedem as denúncias de que as plataformas da Petrobras estariam sendo lançadas ao mar sem uma série de componentes primordiais à segurança das instalações e dos trabalhadores?

**A SRª MAGDA CHAMBRIARD** – Eu mostrei aos senhores o caso da P-62, está certo? A P-62, efetivamente, foi para a locação faltando ainda alguns procedimentos para a sua conclusão, e isso é fato.

Como a ANP vê isso? Nós não vemos nenhum problema que essas plataformas sejam concluídas em alto-mar, desde que esses procedimentos estejam contemplados na análise de risco e que estes riscos estejam mitigados.

Então, no caso da P-62, quando nós embarcamos na P-62 a análise de risco não previa a identificação desses riscos de execução do trabalho concomitante... do término do trabalho concomitante à operação, e não previa a forma de mitigar. Então, por isso nós interditamos a plataforma e, por isso, nós recebemos todo o material para sanear essa não conformidade e desinterditamos no momento que tivemos esse material em mãos.

Da mesma maneira aconteceu com o Ministério do Trabalho e Emprego, quer dizer, ainda antes da operação, o Ministério do Trabalho e Emprego embarcou, foi fazer a sua parte e, ao fazer a sua parte, identificou não conformidades e interditou a plataforma até que todas essas não conformidades fossem sanadas.

**O SR. AFONSO FLORENCE (PT - BA)** – A ANP atua durante o processo de construção de plataformas ou apenas quando elas entram em operação?

**A SRª MAGDA CHAMBRIARD** – O que a ANP faz? Quando vai ter uma instalação no mar, nós temos uma documentação que a gente chama de DSO (Documentação de Segurança Operacional). Nessa Documentação de Segurança Operacional, o operador... Quando estou falando de operador, não é o operador da instalação, é o operador empresa petrolífera. Ela submete para nós um conjunto de documentos. Por exemplo, ela submete o projeto, ela submete a análise de risco, ela se submete a toda uma comprovação de que aquelas práticas... o concessionário tem práticas de gestão. Ela submete uma documentação mostrando que aquelas práticas de gestão estão em consonância com as práticas de gestão do operador da instalação, porque nem sempre é o operador empresa de petróleo, e também da Agência Nacional do Petróleo.



## Congresso Nacional

**“Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 2, de 2014 - CN, “com a finalidade de investigar irregularidades envolvendo a empresa Petróleo Brasileiro S/A (PETROBRAS), ocorridas entre os anos de 2005 e 2014 e relacionadas à compra da Refinaria de Pasadena, no Texas (EUA), ao lançamento de plataformas inacabadas, ao pagamento de propina a funcionário da estatal, e ao superfaturamento na construção de refinarias”.**

Então, feito tudo isso, a Superintendência de Segurança Operacional aprova a DSO. Depois disso, quando a plataforma vai entrar em operação, nós vamos ver se tudo aquilo foi atendido.

**O SR. AFONSO FLORENCE (PT - BA)** – Há garantia de suficiente efetivo à bordo das plataformas para compor e treinar as brigadas e as equipes de resposta a emergências?

**A SRª MAGDA CHAMBRIARD** – Essa é uma responsabilidade do operador e ele deve mostrar que tem.

Nós temos aquelas práticas de gestão, de pessoal etc, e cabe ao operador da plataforma mostrar que os seus empregados estão capacitados, que os terceirizados têm bom nível de capacitação também, que todas essas práticas de gestão são de conhecimento da equipe, porque não basta estar capacitado, ele precisa estar capacitado e conhecer a instalação e os seus riscos de operação; que ele saiba, por exemplo, rotas de fuga em casos de incêndio. Enfim, que ele tenha uma gama imensa de conhecimentos e de gestão de liderança, inclusive, que as empresas precisam demonstrar.

**O SR. AFONSO FLORENCE (PT - BA)** – Como se dá a participação dos sindicatos em relação à segurança e aos acidentes? Qual a atuação dos sindicatos em relação às medidas preventivas?

**A SRª MAGDA CHAMBRIARD** – No caso dos sindicatos, nós temos uma situação que também é única no mundo, até onde eu conheço, que é um relacionamento da Agência Nacional do Petróleo com o Sindicato do Norte Fluminense.

Como isso começou? Os senhores vão lembrar que, em 2010, nós tivemos a questão da P-33. A P-33 foi a primeira plataforma de produção que a Agência Nacional do Petróleo interditou. E isso aconteceu em uma sexta-feira, 13 de agosto. Nessa sexta-feira, 13 de agosto de 2010, nós interditamos a P-33 por não conformidades críticas.

Nesse momento, essa plataforma... Quando nós embarcamos em agosto, essa plataforma estava prevista, no nosso calendário, para ser auditada em setembro. E nós antecipamos essa auditoria em um mês por conta de uma solicitação e de uma denúncia do Sindicato do Norte Fluminense.

A partir daí, nós desenvolvemos um relacionamento com o Sindicato no sentido de dizer o seguinte: interessa aos sindicalizados e ao Sindicato em geral que essas plataformas estejam nas melhores condições e atuando de forma mais segura. Interessa à Agência Nacional do Petróleo isso também. Então, vamos fazer uma parceria e vocês nos ajudam a expandir os olhos da ANP em praticamente todas as plataformas do Brasil, porque nós temos sindicalizados do Sindicato do Norte Fluminense em quase todas as plataformas brasileiras.

E dessa forma é feito. Então, nós temos a possibilidade de reuniões periódicas com o Sindicato, nós temos um *e-mail* direto para receber denúncias do



## Congresso Nacional

**“Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 2, de 2014 - CN, com a finalidade de investigar irregularidades envolvendo a empresa Petróleo Brasileiro S/A (PETROBRAS), ocorridas entre os anos de 2005 e 2014 e relacionadas à compra da Refinaria de Pasadena, no Texas (EUA), ao lançamento de plataformas inacabadas, ao pagamento de propina a funcionário da estatal, e ao superfaturamento na construção de refinarias”.**

Sindicato. Isso é uma espécie de linha direta da diretoria do Sindicato com a Agência Nacional do Petróleo. E nós temos as portas abertas para eles.

Como acontece isso, porque também tínhamos essa preocupação? Será que quem denuncia pode ser retaliado? Então, nós vamos fazer o seguinte: quem denuncia não denuncia para a Agência Nacional do Petróleo. Quem denuncia para a diretoria do seu sindicato e a diretoria do sindicato, então, denuncia para a Agência Nacional do Petróleo. E esse é um dos elementos que altera a ordem das vistorias e das auditorias em plataformas da ANP.

Eu gostaria que todos os sindicatos participassem disso. Então, volta e meia, entidades sindicais, órgãos de classe etc. vão à ANP esclarecer uma dúvida ou outra, mas quem efetivamente tem esse canal direto com a ANP é o Sindicato do Norte Fluminense, por enquanto. Gostaria que todos eles tivessem.

**O SR. AFONSO FLORENCE (PT - BA)** – Por fim, a Lei 9.478, de 1997, estabeleceu, no seu art. 8º, as finalidades da ANP e, entre elas, dispôs no inciso XI que a Agência deverá "organizar e manter o acervo das informações e dados técnicos relativos às atividades reguladas da indústria do petróleo, do gás natural e dos biocombustíveis" – fecha aspas.

Pergunto: qual a utilização prática que a ANP dá a esse acervo? Com as informações sobre a operação no setor do petróleo, a ANP teria condições de elaborar métricas e padrões técnicos e de custo para as diversas atividades, inclusive usando referenciais internacionais?

**A SRª MAGDA CHAMBRIARD** – A Agência Nacional do Petróleo, por exemplo, não formula... É uma agência que não trabalha com o preço final do produto. Então, por exemplo, quanto custa um litro de gasolina? A ANP não regula.

O que a gente faz? A gente tem uma pesquisa periódica e a gente publica no nosso *site* quanto custa a gasolina no Brasil, em diversos locais, quanto custa o óleo diesel. A gente tem essa pesquisa de preço, mas a gente não regula preço. Está certo?

A gente não entra no negócio, a gente não influi em contratações. Tudo isso é uma atividade dos autorizados, dos contratados, dos concessionários, que não nos compete.

O que nós fazemos, via de regra, é acompanhar esses custos, apurar participações especiais, como o senhor falou. *Royalty* é uma parcela do faturamento bruto dos campos, então não é sensível a custos. No caso de autorizações também, nós não entramos na questão de custos.

Onde a gente faz alguma estimativa de custo? Quando a gente vai calcular, por exemplo, bônus de assinatura. Então, quando nós lançamos mão das informações de geologia e geofísica, quando nós vamos verificar quais são os recursos petrolíferos, qual é o volume recuperável de uma jazida de petróleo, a gente estima que projeto é esse que poderia ser aplicado, um projeto absolutamente *standard*. Diz-se assim: se isso aqui acontecer, esse projeto deveria



## Congresso Nacional

**“Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 2, de 2014 - CN, com a finalidade de investigar irregularidades envolvendo a empresa Petróleo Brasileiro S/A (PETROBRAS), ocorridas entre os anos de 2005 e 2014 e relacionadas à compra da Refinaria de Pasadena, no Texas (EUA), ao lançamento de plataformas inacabadas, ao pagamento de propina a funcionário da estatal, e ao superfaturamento na construção de refinarias”.**

ter para nós um bônus mínimo de assinatura de pelo menos tantos reais. É isso o que fazemos em relação a custo.

Nós temos alguns custos, para efeitos informativos, como é o caso da refinaria, depois dela concluída. Temos informações de custos para efeitos de participações governamentais, temos para estimativas de bônus de assinatura, mas, mais uma vez, não entramos no mérito de saber se aquele custo é o devido, se é mais alto ou se é mais baixo. De novo, essa é uma atribuição dos órgãos de controle.

**O SR. AFONSO FLORENCE** (PT - BA) – Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, esse foi o rol de perguntas que com o encaminhamento acordado entre nós me coube selecionar, considerando encerrado.

**O SR. PRESIDENTE** (Gim. Bloco União e Força/PTB - DF) – Muito obrigado, Relator *ad hoc*, Deputado Afonso Florence.

Continuamos ainda em Relator *ad hoc*, explicando aos demais, a todos os que estão nos vendo, que pelo fato de o Relator, Deputado Marco Maia, ter sofrido um acidente e estar em fase de recuperação, o Relator *ad hoc* é do mesmo Partido, do Partido dos Trabalhadores, para poder passar todas as informações ao Relator titular.

Pergunto à depoente: hoje, que tamanho tem a ANP? Quantos funcionários tem a ANP? Estão distribuídos no Brasil todo? Qual é a distribuição que, hoje, a ANP faz? Está em todos os Estados? Qual o número de funcionários que hoje tem a ANP? Como é distribuída a diretoria, a gerência? Como funciona?

**A SR<sup>a</sup> MAGDA CHAMBRIARD** – A ANP, hoje, tem cerca de 1.400 pessoas, e aí estão incluídos o motorista, a secretária, o boy, a recepcionista, etc., além de terceirizados relativos à informática. Esse número, a maior parte, está no escritório sede, no Rio de Janeiro, mas temos também inscrito um pequeno escritório em Manaus, temos um pequeno escritório em Minas Gerais, em Belo Horizonte, temos um escritório um pouco maior em Salvador, em São Paulo, e temos um pequeno escritório no Rio Grande do Sul.

Toda a diretoria da ANP está sediada no Rio de Janeiro, onde é o escritório principal, assim como quase todos os funcionários relativos à exploração e produção de petróleo. No caso dos escritórios, o que nós temos mais são, vamos dizer assim, servidores envolvidos na fiscalização de distribuição e revenda de derivados de GLP.

**O SR. PRESIDENTE** (Gim. Bloco União e Força/PTB - DF) – Pergunto aos Parlamentares se alguém mais gostaria de fazer perguntas. Pela liderança, nobre Deputado Antonio Imbassahy. V. Ex<sup>a</sup> tem a palavra.

**O SR. ANTONIO IMBASSAHY** (PSDB - BA) – Sr. Presidente, Senador Gim Argello; Secretário; Deputado Afonso Florence. Inicialmente, quero cumprimentar a Diretora-Geral da ANP, Dr<sup>a</sup> Magda Chambriard, uma técnica de excelentes qualidades, mas que convive com um sistema absolutamente equivocado, que tem causado graves prejuízos ao País.





## Congresso Nacional

**“Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 2, de 2014 - CN, com a finalidade de investigar irregularidades envolvendo a empresa Petróleo Brasileiro S/A (PETROBRAS), ocorridas entre os anos de 2005 e 2014 e relacionadas à compra da Refinaria de Pasadena, no Texas (EUA), ao lançamento de plataformas inacabadas, ao pagamento de propina a funcionário da estatal, e ao superfaturamento na construção de refinarias”.**

Inicialmente, Sr. Presidente, faço uma indagação e depois faço uma consideração. A indagação que dirijo a V. Ex<sup>a</sup> é com relação às providências que já foram tomadas, ou que teriam sido tomadas com respeito à decisão que nós deliberamos na reunião da semana passada sobre a quebra do sigilo do Tesoureiro Nacional do PT, o Vaccari. Gostaria de saber de V. Ex<sup>a</sup> as providências que já teriam sido tomadas pela Direção da CPMI.

**O SR. PRESIDENTE** (Gim. Bloco União e Força/PTB - DF) – Líder Antonio Imbassahy, gostaria de informar a V. Ex<sup>a</sup> e a todos que as providências foram tomadas no mesmo dia.

Eu já tenho posse do Ofício que foi encaminhado pelo nosso Presidente, Senador Vital do Rêgo, ao Presidente da Anatel, João Batista de Rezende, que pede a transferência de sigilo telefônico de João Vaccari Neto, inscrito no CPF 07005398-75, no período compreendido entre 1º de janeiro de 2005 a 20 de maio de 2014, onde faz o relato do que foi aprovado aqui na nossa CPMI, e pede o arquivo magnético, conforme nota em anexo, que discrimina as ligações recebidas ou originadas, identificando a origem e destino dessas ligações por intermédio, entre outros, do número do assinante, respectivos CPFs, CNPJs, do endereço completo, do Código Nacional de Área, DDD ou DDI, do número da linha, e dando prazo de dez dias.

Foi ofício da nossa Secretaria, da Coordenação de Comissões Especiais, Temporárias e Parlamentares de Inquérito, dia 18. Foi dada entrada na Agência Nacional de Telecomunicações no dia 19, às 11 horas e 19 minutos.

Tenho aqui em mãos também e vou passar as cópias desses ofícios para V. Ex<sup>a</sup> e para os demais Líderes.

O Ofício a que me referi é o 299, da nossa CPMI.

O Ofício 297 é para a assessoria do Sr. Carlos Alberto Freitas Barreto, Secretário da Receita Federal do Brasil.

Também saiu daqui no dia 18 de novembro, foi recebido lá no dia 19, às 10 horas, também com prazo de dez dias para que a Receita Federal informe a esta CPMI as providências.

Nós estamos pedindo a transferência do sigilo fiscal do Sr. João Vaccari Neto, cópias da Declaração de Imposto de Renda, relatórios de movimentação financeira com base na Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF), que existia na época, cópias de documentos referentes à fonte pagadora, Declaração de Imposto de Renda Retido na Fonte, o relatório contendo a análise sobre situação fiscal da pessoa abordando todas as informações ao alcance do órgão da Receita Federal, como indicação de possíveis indícios ilícitos tributários, também no prazo de dez dias.

E o Ofício nº 298 a S. Ex<sup>a</sup> Sr. Ministro Alexandre Tombini está pedindo a transmissão do Sistema Financeiro Nacional na ordem da transferência do sigilo bancário do Sr. João Vaccari Neto. Arquivo eletrônico conforme estabelecido por esta autarquia por meio de Carta Circular nº 354, de 2010,



## Congresso Nacional

**“Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 2, de 2014 - CN, “com a finalidade de investigar irregularidades envolvendo a empresa Petróleo Brasileiro S/A (PETROBRAS), ocorridas entre os anos de 2005 e 2014 e relacionadas à compra da Refinaria de Pasadena, no Texas (EUA), ao lançamento de plataformas inacabadas, ao pagamento de propina a funcionário da estatal, e ao superfaturamento na construção de refinarias”.**

contendo a totalidade dos lançamentos bancários, observados os seguintes requisitos: parâmetros para identificação da origem dos lançamentos a crédito e do destino dos débitos; quando for o caso de pessoa jurídica, as transações acima de mil reais; e o arquivo eletrônico deverá conter movimentação financeira relativa à conta-corrente, à conta de investimento, depósito em poupança, aos investimentos em títulos e valores mobiliários de renda fixa ou variável, aos investimentos em fundos, aos investimentos em títulos e valores de mercado à vista, a termo e de futuros, às operações de câmbio, inclusive casos dos quais tenham resultado a transferência de recursos ao exterior e ao seu recebimento, nesse caso, fazendo as devidas especificações.

Os três ofícios foram enviados. E esse também foi no dia 18. Aqui data da hora de 12 horas. Todos foram recebidos no dia 19, tanto para o Banco Central do Brasil quanto para a Receita Federal e para a Anatel. Então, foram enviados todos no dia 19, um dia posterior.

Líder Antonio Imbassahy, passo para V. Ex<sup>a</sup> os três ofícios, respondendo, então, que a CPMI está agindo logo no mesmo dia, e todos foram intimados no prazo de dez dias.

**O SR. ANTONIO IMBASSAHY (PSDB - BA)** – Agradeço ao Presidente Gim Argello pelas informações. E o cumprimento também, na ausência do Presidente Vital do Rêgo, pelas ações que tem tomado com bastante diligência, buscando efetivamente reproduzir as decisões que estão sendo tomadas no plenário desta Comissão.

Sr. Presidente, o segundo assunto, que já abordei na última reunião, é relativo ao depoimento, à oitiva da Presidente Graça Foster nesta CPMI no dia 11 de junho, quando ficou absolutamente comprovado que ao ser indagada sobre se tinha conhecimento de denúncias de propina pagas pela SBM a funcionários da Petrobras, ela disse que não tinha conhecimento, que não tinha essas informações. A indagação foi feita pelo Relator Deputado Marco Maia.

E aqui ficou claro também, Sr. Presidente, que ela faltou com a verdade e, rigorosamente, ela mentiu, mentiu para os membros da CPMI e para os brasileiros que a nós assistem. Portanto, é passível de uma penalidade. Até porque em seguida, em outras declarações públicas, a Presidente Graça Foster reconheceu que tinha sido oficializada ou recebeu uma comunicação formal de dirigentes do CEO da SBM dizendo que tinha pago propinas a funcionário da Petrobras.

Então, eu vou passar a V. Ex<sup>a</sup> depois um requerimento que eu faço dirigido ao Presidente desta Casa para que as providências cabíveis sejam tomadas, como estão sendo tomadas. Eu acabei de reconhecer e de fazer uma referência positiva à condução dos trabalhos pelo Presidente, Senador Vital do Rêgo.

Mas o que nós queremos ainda acrescentar sobre essa questão, Sr. Presidente, é que a Presidente Graça Foster esteve nesta Casa, não apenas na



## Congresso Nacional

**“Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 2, de 2014 - CN, “com a finalidade de investigar irregularidades envolvendo a empresa Petróleo Brasileiro S/A (PETROBRAS), ocorridas entre os anos de 2005 e 2014 e relacionadas à compra da Refinaria de Pasadena, no Texas (EUA), ao lançamento de plataformas inacabadas, ao pagamento de propina a funcionário da estatal, e ao superfaturamento na construção de refinarias”.**

Câmara, mas também no Senado, para prestar depoimentos, esclarecimentos com respeito à compra de Pasadena, da refinaria, daquela refinaria sucateada pela qual a Petrobras pagou um valor absurdo em relação ao valor real dessa refinaria. Apenas lembrando que um grupo belga pagou por essa mesma refinaria o valor de US\$47,5 milhões, e a Petrobras pagou US\$1,2 bilhão pelo mesmo equipamento; e depois, passível de decisão judicial, a esse valor foi acrescentado cerca de US\$800 milhões. Enfim, ocorreu um prejuízo superior a mais de US\$1 bilhão com a compra dessa refinaria.

O que ficou também muito gravado nas oitivas da Presidente Graça Foster é que ela sempre, em todos os depoimentos, ela sempre deixou claro que foi um negócio absolutamente regular, que não houve nenhum tipo de irregularidade nessa falcatrua, nessa negociata promovida através de uma decisão tomada pelo Conselho de Administração da Petrobras, sob o comando, inclusive naquela ocasião, da atual Presidente Dilma Rousseff.

Então, ao reiterar aqui diversas vezes que a compra de Pasadena foi um bom negócio ou se não foi um bom negócio, corrigindo-me, foi um negócio regular, a Presidente Graça Foster agiu – e eu lamento dizer isso -, agiu como um membro de uma quadrilha.

Imaginem uma máfia em que se comete um crime e depois do cometimento daquele crime membros daquela organização criminosa são designados para fazer a limpeza da cena do crime. É como se fosse alguém que assassinou alguém e depois se manda para lá um terceiro, que não teve uma ação direta naquele episódio, para limpar a cena do crime. A impressão que passa para todos os brasileiros é que a Presidente Graça Foster, ao ser convidada para assumir a Presidência da Petrobras, assumiu com este compromisso, com esta orientação: "Olha, vai ser presidente, mas vai ter que conviver com essa situação. Procura acobertar tudo de ruim que está por lá e vai se fazendo aí algum tipo de providência." É essa a impressão que é passada para o povo brasileiro.

Por isso, Sr. Presidente, Srs. Deputados, nós entendemos que por ter mentido aqui nesta CPMI e por ter também omitido, omitido e procurado defender a organização criminosa que se instalou na Petrobras, a Presidente não tem condições de permanecer chefiando essa grande estatal brasileira. Ela perdeu as condições. Ela não tem autoridade moral para dar ordens aos seus subordinados e também não tem credibilidade sobre os agentes financeiros. O acionista da Petrobras, quer seja o acionista minoritário, não confia, não acredita na dirigente maior dessa organização que nos orgulha, mas que passa por um momento verdadeiramente constrangedor, que nos envergonha, que nos entristece.

Esta CPMI quando foi instalada foi exatamente com o objetivo maior de proteger e salvar a Petrobras. Jamais, jamais poderíamos imaginar que isso chegasse aonde chegou. Talvez até as coisas sejam mais aprofundadas, porque essa organização criminosa, Deputados Izalci e Carlos Sampaio, estende-se a uma



## Congresso Nacional

**“Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 2, de 2014 - CN, com a finalidade de investigar irregularidades envolvendo a empresa Petróleo Brasileiro S/A (PETROBRAS), ocorridas entre os anos de 2005 e 2014 e relacionadas à compra da Refinaria de Pasadena, no Texas (EUA), ao lançamento de plataformas inacabadas, ao pagamento de propina a funcionário da estatal, e ao superfaturamento na construção de refinarias”.**

ramificação internacional, ao ponto de estarem sendo abertas investigações na Holanda, na Suíça e nos Estados Unidos.

E estremece agora a todos nós quando membros da Polícia Federal, enfim, do Ministério Público, nesse trabalho que está sendo feito, esse verdadeiro mutirão pela dignidade e pela decência, ao chegar à Suíça, são informados pelo Governo da Suíça ou pelo Ministério Público suíço equivalente que é uma coisa difícil devolver o dinheiro para o Governo brasileiro, porque eles se sentem lá – o suíço se sente lá – numa situação de insegurança: "Será que a gente vai pegar esse dinheiro que foi roubado da Petrobras e devolver, e, lá, depois que a gente devolver, ele não vai ser, novamente, surrupiado?"

Então, é uma coisa que deixa a gente, o brasileiro entristecido, porque esse episódio atinge a imagem da estatal. Eu tenho certeza de que ela vai se recuperar, tudo que está sendo feito, aqui, na CPMI, é com esse propósito, é com esse desejo, mas, além de atingir a imagem da Petrobras, atinge, lamentavelmente, a imagem do País. É muito triste.

Por isso, eu encerro aqui as minhas palavras, Sr. Presidente, passando a V. Ex<sup>a</sup> esse requerimento em que a gente anexa, inclusive, representações que fizemos junto ao Procurador-Chefe da Procuradoria da República no Distrito Federal, e também ao Procurador do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União consagrando que, definitivamente, a Presidente Graça Foster tem que se afastar, a bem da Petrobras, a bem do Brasil.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Gim. Bloco União e Força/PTB - DF) – Deputado Carlos Sampaio.

**O SR. CARLOS SAMPAIO** (PSDB - SP) – Sr. Presidente, Relator, nobres membros dessa CPI, eu perguntaria, primeiramente, à Sr<sup>a</sup> Magda se, com base no inciso VII, art. 25, do Regimento Interno da ANP, quantos relatórios de acompanhamento de execução de obra foram elaborados e encaminhados pela ANP no que tange à Abreu e Lima?

Existe a obrigatoriedade de entrega de relatórios.

**A SR<sup>a</sup> MAGDA CHAMBRIARD** – Eu me lembro, assim, meio de cabeça, de quatro vistorias realizadas. Agora...

**O SR. CARLOS SAMPAIO** (PSDB - SP) – Não, não. É o inverso. Quantos relatórios eles encaminharam da obra, a Petrobras encaminhou para a ANP?

**A SR<sup>a</sup> MAGDA CHAMBRIARD** – Ah, eu vou ficar lhe devendo essa informação e mando por escrito.

**O SR. CARLOS SAMPAIO** (PSDB - SP) – Mas são relatórios com que periodicidade? Quer dizer, mesmo não sabendo o quantitativo, são todos os anos, de seis em seis meses?

**A SR<sup>a</sup> MAGDA CHAMBRIARD** – Não sei responder essa pergunta, porque nós não atuamos, minuciosamente, dessa forma.



## Congresso Nacional

**“Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 2, de 2014 - CN, “com a finalidade de investigar irregularidades envolvendo a empresa Petróleo Brasileiro S/A (PETROBRAS), ocorridas entre os anos de 2005 e 2014 e relacionadas à compra da Refinaria de Pasadena, no Texas (EUA), ao lançamento de plataformas inacabadas, ao pagamento de propina a funcionário da estatal, e ao superfaturamento na construção de refinarias”.**

**O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB - SP) –** Perfeito.

**A SR<sup>a</sup> MAGDA CHAMBRIARD –** Mas eu informo. Eu fico lhe devendo essa resposta.

**O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB - SP) –** Perfeito. A senhora tem 30 anos, ao que me consta, de Petrobras, trinta e poucos anos?

**A SR<sup>a</sup> MAGDA CHAMBRIARD –** Não, eu tenho 34 anos.

**O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB - SP) –** Trinta e quatro anos. Nesse período... Vou fazer uma pergunta com base no seu...

**A SR<sup>a</sup> MAGDA CHAMBRIARD –** De Petrobras não, porque eu me aposentei em 2008. Então...

**O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB - SP) –** Com o seu conhecimento próprio mesmo, é normal uma Refinaria como a Abreu e Lima, nesta Refinaria, terem-se firmado cerca de 150 contratos aditivos, mais ou menos 30 por ano? Isso é uma coisa natural?

**A SR<sup>a</sup> MAGDA CHAMBRIARD –** Eu prefiro, Deputado, não responder essa pergunta, porque eu não acompanhei isso de perto. Então, eu não sei os condicionantes disso.

O que eu posso garantir para o senhor é o seguinte: essa Refinaria é bem-vinda, porque ela nos alivia, sensivelmente, de importação de diesel, e, para o Brasil, isso é uma despesa muito grande. Mas, como eu disse para os senhores, também, não compete à ANP acompanhar o negócio "construção de refinaria".

**O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB - SP) –** Eu até entendo que possa ser um bom negócio, desde que tenha um custo viável.

**A SR<sup>a</sup> MAGDA CHAMBRIARD –** Não, eu não disse que é bom negócio. Eu digo que, para o Brasil, nós precisamos desse derivado.

**O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB - SP) –** Sem dúvida.

**A SR<sup>a</sup> MAGDA CHAMBRIARD –** Então, o Brasil é um País que tem, hoje, 200 milhões de habitantes, e se a gente cresce 2,5% em termos de demanda por habitante, a gente cresce uma Noruega por ano. Então, assim, este País está de boca aberta, precisando de tudo.

**O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB - SP) –** Nesse período em que a senhora esteve na Petrobras, particularmente, agora, na ANP, a senhora encara como normal o fato de termos constatado, até agora, R\$7 bilhões em aditivos para a Abreu e Lima?

**A SR<sup>a</sup> MAGDA CHAMBRIARD –** Eu prefiro não fazer esse juízo de valor, porque eu não acompanhei isso de perto.

**O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB - SP) –** Perfeito.

**A SR<sup>a</sup> MAGDA CHAMBRIARD –** Como eu disse, isso não é uma atribuição da ANP.

**O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB - SP) –** E o fato de ter tido uma variação no valor inicial, de 700%, a senhora recebe isso com naturalidade ou também vê alguma anormalidade?





## Congresso Nacional

“Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 2, de 2014 - CN, “com a finalidade de investigar irregularidades envolvendo a empresa Petróleo Brasileiro S/A (PETROBRAS), ocorridas entre os anos de 2005 e 2014 e relacionadas à compra da Refinaria de Pasadena, no Texas (EUA), ao lançamento de plataformas inacabadas, ao pagamento de propina a funcionário da estatal, e ao superfaturamento na construção de refinarias”.

**A SR<sup>a</sup> MAGDA CHAMBRIARD** – Esse valor inicial eu jamais recebi, assim como toda essa evolução de crescimento de preços eu jamais recebi. O que nós temos na ANP é, finalizada a refinaria, um informe de quanto ela custou.

**O SR. CARLOS SAMPAIO** (PSDB - SP) – Bom, finalizando, apenas para corroborar o que disse aqui, Sr. Relator, o nosso Líder do PSDB, quero deixar muito claro que, muitas vezes...

Primeiro, faço aqui jus ao currículo de V. S<sup>a</sup>, à sua qualificação, e também registro que V. S<sup>a</sup> transparece correção e retidão naquilo que disse, assim como fiz essa afirmação quando a Presidente Graça Foster veio aqui. E me vejo nessa situação delicada de ter que reconhecer que errei ao afirmar isso sobre ela, porque ela realmente se desdisse e faltou com a verdade.

Os motivos, não sei quais são. Mas começa a transparecer para o Brasil que a presença dela, até pelo currículo dela enquanto Presidente, nos anos que tem de Petrobras, foi para procurar dar um ar mais técnico a um mundo – eu diria, usando uma expressão chula – meio de safadeza, que imperou dentro da Petrobras. Isso não sou eu falando; são os juízes, é o Ministério Público, é o Supremo Tribunal Federal, enfim, são todos falando sobre o que foi feito com a Petrobras. O Procurador-Geral da República chegou a dizer que nunca, na vida na vida dele, ele viu tanto desvio. São mais de R\$10 bilhões.

E, por fim, fica aqui o meu registro e o meu lamento de que, até agora, não tenha vindo à luz o nome dos Deputados e Senadores envolvidos. Eu me vejo nessa situação de estar tomando cafezinho com um Deputado, conversando com um Senador e, amanhã, descobrir que é um bandido, que é um marginal que assaltou a Petrobras; e o Brasil votou nesses marginais, porque não sabia quem eram. Então, que venham à luz o quanto antes os nomes desses Deputados e Senadores que assaltaram a Petrobras; pessoas que desqualificam o Parlamento, desqualificam a Petrobras, desqualificam a atividade pública em geral. Que venham à luz o quanto antes.

Eu acho que teremos um ano de ebulição aqui, Deputado Izalci, o ano que vem, com ambos os conselhos de ética da Câmara e do Senado com uma atividade nunca vista, porque até agora se diz de 49 Deputados e aproximadamente 12 Senadores. Que vergonha. É o que eu tenho a dizer: que vergonha!

**O SR. PRESIDENTE** (Afonso Florence. PT - BA) – Deputado Izalci.

**O SR. IZALCI** (PSDB - DF) – Bem, Sr. Presidente, farei algumas perguntas. Mas, antes de fazer as perguntas, eu quero primeiro dizer aqui que atiraram no que viram e acertaram o que não viram.

Eu ia fazer uma questão de ordem aqui com relação aos requerimentos. Da mesma forma, como foi colocado aqui, fizeram alguns requerimentos até para postergar, obstruir ou não esclarecer aquilo que nós precisamos esclarecer para o País.



## Congresso Nacional

**“Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 2, de 2014 - CN, com a finalidade de investigar irregularidades envolvendo a empresa Petróleo Brasileiro S/A (PETROBRAS), ocorridas entre os anos de 2005 e 2014 e relacionadas à compra da Refinaria de Pasadena, no Texas (EUA), ao lançamento de plataformas inacabadas, ao pagamento de propina a funcionário da estatal, e ao superfaturamento na construção de refinarias”.**

Mas, quando fizeram aqui este requerimento do Sr. Glauco, que é Gerente Geral de Implementação de Empreendimentos da Petrobras para Refinaria Abreu e Lima, quando eu vi “gerente”, eu falei assim: "Uai, estão querendo postergar essas questões todas." Mas, para a nossa surpresa, há um outro ex-Gerente que já devolveu R\$250 milhões. E, para minha surpresa hoje, esse gerente aqui vem com atestado médico e não compareceu.

Espero que esse atestado médico – segundo informações – seja real e não seja como aquele outro que foi também aqui apresentado na reunião passada.

Mas eu quero aqui reforçar, Sr. Presidente, até porque foi divulgado, o e-mail. Foi divulgado aqui o e-mail do Sr. Paulo Roberto Costa à Sr<sup>a</sup> Ministra Dilma Rousseff. O e-mail diz aqui: Tribunal de Contas da União, Fiscobras, 2009. Obras com recomendação de paralisação. RNEST, REPAR e Terminal de granéis líquidos no Espírito Santo.

Paulo Roberto Costa encaminhou e-mail à Sr<sup>a</sup> Ministra Dilma alertando-a sobre isso.

E, aí, eu quero reforçar que o Congresso Nacional acatou a recomendação do Tribunal de Contas que, juntamente com os órgãos fiscalizadores – fazem parte AGU, Tribunal de Contas, Ministério, Ibama, Marinha, ANP... É um conjunto de órgãos que fiscalizam realmente a Petrobras e outros órgãos.

Mas aqui, o que aconteceu? O Tribunal de Contas fiscalizou realmente essas obras e recomendou ao Congresso, à Comissão Mista de Orçamento, que paralisasse; colocou como índices o IGP, que é o índice de paralisação. Para tudo, para de pagar e para as obras, em 2009. O que aconteceu? O Congresso Nacional então acatou a recomendação do Tribunal de Contas. E o Presidente Lula, provavelmente atendendo ao pedido ou à recomendação, orientação da ministra, simplesmente vetou – vetou – a LDO de 2010. E, como sempre esta Casa não cumpre o dever de casa, não votou para derrubar o veto. E deu no que deu, bilhões e bilhões.

Então, na prática, esse *e-mail* aqui foi um alerta do Paulo Roberto Costa: olha, Ministra Dilma, estão querendo paralisar, estão querendo acabar com a boquinha aqui da Petrobras, resolva isso. E aí veio a resposta imediata, o Presidente Lula vetou. E eu quero dizer aqui que já existem os requerimentos, eu apresentei os requerimentos de convite da Presidenta Dilma e de convocação do ex-Presidente Lula para esclarecer isso, já está no rol de requerimentos para votação. Isso aqui só reforça a urgência e isso aqui dificulta a conclusão do nosso relatório.

Hoje nós poderíamos estar aqui ouvindo essas questões mais importantes que já sabemos que precisamos ouvir, porque essa apresentação da Dr<sup>a</sup> Magda, que é espetacular, tecnicamente falando, é perfeita, mas, lá no final



## Congresso Nacional

**“Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 2, de 2014 - CN, “com a finalidade de investigar irregularidades envolvendo a empresa Petróleo Brasileiro S/A (PETROBRAS), ocorridas entre os anos de 2005 e 2014 e relacionadas à compra da Refinaria de Pasadena, no Texas (EUA), ao lançamento de plataformas inacabadas, ao pagamento de propina a funcionário da estatal, e ao superfaturamento na construção de refinarias”.**

isso, nas recomendações para evitar as coisas. Mas na apuração essa audiência poderia ter acontecido lá no finalzinho, talvez no ano que vem.

Agora, aproveitando então essa audiência, eu queria fazer aqui algumas perguntas. V.S.<sup>a</sup> disse que um dos papéis da ANP é, inclusive, certificar os fornecedores tecnicamente. V.S.<sup>a</sup> lembra da certificação da empresa Sanko? Fornecedores? V.S.<sup>a</sup> disse.

No microfone.

**A SR<sup>a</sup> MAGDA CHAMBRIARD** – Não, desculpe. O que nós certificamos é que os autorizados, os concessionários tenham a qualificação necessária. A Sanko não está certificada pela ANP.

**O SR. IZALCI (PSDB - DF)** – Como fornecedora não precisa? Não é pré-requisito?

**A SR<sup>a</sup> MAGDA CHAMBRIARD** – Não; não.

**O SR. IZALCI (PSDB - DF)** – Porque a Petrobras exige uma certificação.

**A SR<sup>a</sup> MAGDA CHAMBRIARD** – Isso, isso.

**O SR. IZALCI (PSDB - DF)** – Bem, V.S.<sup>a</sup> também disse, talvez, não sei se eu entendi ou se V. Ex.<sup>a</sup> talvez não tenha expressado da forma que eu entendi, que a ANP também avalia custos para efeito de participação do Governo.

**A SR<sup>a</sup> MAGDA CHAMBRIARD** – Isso, isso, fazemos isso.

**O SR. IZALCI (PSDB - DF)** – Então eu perguntaria: esse custo da Abreu e Lima já não é um custo que não poderia chamar a atenção da ANP e dizer: olha Governo...

**A SR<sup>a</sup> MAGDA CHAMBRIARD** – Não, porque o custo que incide participação governamental é aquele custo incorrido para a produção dos grandes campos de petróleo. Então, por exemplo, é o custo de Marlim, é o custo de Roncador, é o custo de Albacora. Esses são os custos que hoje pagam participação especial.

**O SR. IZALCI (PSDB - DF)** – Bem, outra coisa: V.S.<sup>a</sup> também afirmou que a ANP avalia também se o processo, no caso da refinaria – vou citar a refinaria, mas todos eles, mas na Refinaria Abreu e Lima –, V.S.<sup>a</sup> disse que não entra no detalhe dos custos, mas entra no detalhe, assim, se realmente o processo aconteceu de acordo com o projetado. A senhora disse isso?

**A SR<sup>a</sup> MAGDA CHAMBRIARD** – Isso.

**O SR. IZALCI (PSDB - DF)** – Aquilo que foi projetado da Abreu e Lima, a Petrobras cumpriu o planejamento? E esse planejamento avaliado, analisado pela ANP é uma análise, ou, pelo menos, é uma projeção razoável?

**A SR<sup>a</sup> MAGDA CHAMBRIARD** – O que eu posso dizer para o senhor é que o documento, que o projeto que nós temos na ANP foi cumprido. Hoje nós temos ainda pendente de autorização do Corpo de Bombeiros e de uma outra licença ainda duas unidades da Abreu e Lima, que é coqueamento retardado e enxofre. Todo o resto está aprovado, operando e conforme o projeto.



## Congresso Nacional

**“Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 2, de 2014 - CN, “com a finalidade de investigar irregularidades envolvendo a empresa Petróleo Brasileiro S/A (PETROBRAS), ocorridas entre os anos de 2005 e 2014 e relacionadas à compra da Refinaria de Pasadena, no Texas (EUA), ao lançamento de plataformas inacabadas, ao pagamento de propina a funcionário da estatal, e ao superfaturamento na construção de refinarias”.**

**O SR. IZALCI (PSDB - DF)** – A ANP não entra nesta questão? Por exemplo, com essa baixa do preço do petróleo agora, pelo menos esses cálculos que estão por aí são de que talvez esse investimento feito na Abreu e Lima já dá prejuízo para a Petrobras.

**A SRª MAGDA CHAMBRIARD** – Não.

**O SR. IZALCI (PSDB - DF)** – Não entra nesse aspecto?

**A SRª MAGDA CHAMBRIARD** – Não entramos nesse aspecto.

**O SR. IZALCI (PSDB - DF)** – Eu tenho aqui... V. Sª mesmo disse o seguinte: que a ANP aplicou uma multa, várias multas, de 2010 para cá, de 180 milhões em multas. Setenta e sete delas foram pagas com desconto.

V. Sª sabe que desconto é esse, qual é o percentual?

**A SRª MAGDA CHAMBRIARD** – Na verdade, 286 milhões foram aplicados em multas relativas à segurança operacional. Nós temos um pagamento de 135 milhões efetivamente realizado e existe uma provisão legal na legislação brasileira que diz o seguinte: Aquele autuado que não reclamar da penalidade imposta e efetuar o pagamento imediatamente tem um desconto de 30% ao fazê-lo, está certo?

Então, esses 30 milhões, na verdade, correspondem a autuações num valor próximo de R\$200 milhões, o que significa que temos ainda pendentes um valor de cerca de R\$70 milhões, não pagos, em fase de recurso.

**O SR. IZALCI (PSDB - DF)** – Isso tudo relacionado à Petrobras?

**A SRª MAGDA CHAMBRIARD** – Não...

**O SR. IZALCI (PSDB - DF)** – Essas multas.

**A SRª MAGDA CHAMBRIARD** – Diversos operadores, sendo que o principal montante é da Petrobras.

**O SR. IZALCI (PSDB - DF)** – Esse principal corresponde a quê? 90%?

**A SRª MAGDA CHAMBRIARD** – Aí eu fico devendo essa resposta para o senhor, mas é praticamente tudo Petrobras.

**O SR. IZALCI (PSDB - DF)** – Essas multas são aplicadas em prol do próprio órgão ou não? A ANP?

**A SRª MAGDA CHAMBRIARD** – Infelizmente, não. Vai tudo para o Tesouro.

**O SR. IZALCI (PSDB - DF)** – Tudo para o Tesouro?

**A SRª MAGDA CHAMBRIARD** – É.

**O SR. IZALCI (PSDB - DF)** – V. Sª poderia fazer alguma consideração com relação à estrutura da ANP? V. Sª acha que a ANP tem estrutura adequada para realmente avaliar, fiscalizar e coordenar essa questão da... das agências? As agências, hoje, de um modo geral, a Anatel, todas, estão aparelhadas – normalmente com indicações políticas – e muitas delas não têm realmente cumprido o seu papel.

Eu perguntaria: a ANP hoje está aparelhada...



## Congresso Nacional

“Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 2, de 2014 - CN, “com a finalidade de investigar irregularidades envolvendo a empresa Petróleo Brasileiro S/A (PETROBRAS), ocorridas entre os anos de 2005 e 2014 e relacionadas à compra da Refinaria de Pasadena, no Texas (EUA), ao lançamento de plataformas inacabadas, ao pagamento de propina a funcionário da estatal, e ao superfaturamento na construção de refinarias”.

*(Soa a campainha.)*

**O SR. IZALCI** (PSDB - DF) – Ela está bem, em termos de pessoal qualificado, fiscais em quantidade adequada...

O que V. S<sup>a</sup> poderia dizer sobre isso?

**A SR<sup>a</sup> MAGDA CHAMBRIARD** – Eu vou começar pelo aparelhamento.

**O SR. IZALCI** (PSDB - DF) – Certo.

**A SR<sup>a</sup> MAGDA CHAMBRIARD** – Eu tenho 34 anos de petróleo. Não conhecia...

**O SR. IZALCI** (PSDB - DF) – Eu estou dizendo que... Eu citei o aparelhamento, porque eu tenho aí...

**A SR<sup>a</sup> MAGDA CHAMBRIARD** – Eu não conhecia nenhum político...

**O SR. IZALCI** (PSDB - DF) – ...Água, telefone...

**A SR<sup>a</sup> MAGDA CHAMBRIARD** – ...até entrar na ANP. *(Fora do microfone.)*

**O SR. AFONSO FLORENCE** (PT - BA) – A agência é municipal. O poder concedente é municipal. Você está falando...

**O SR. IZALCI** (PSDB - DF) – Eu estou falando da Rose, a indicação para a ANA. ANA, Anatel, vários têm...

Mas é só para dar o exemplo. Eu gostaria apenas de saber se a ANP está também nessa relação.

**O SR. PRESIDENTE** (Gim. Bloco União e Força/PTB - DF) – Por favor, Izalci. Por favor.

**O SR. IZALCI** (PSDB - DF) –

**A SR<sup>a</sup> MAGDA CHAMBRIARD** – Quando eu assumi a Diretoria Geral da ANP nós fizemos uma pesquisa e descobrimos que a ANP era muito pouco conhecida pelo Congresso Nacional, isso em um número da ordem de 55%. Isso significa que eu não os conhecia e que eles também não me conheciam.

Nós temos hoje cinco diretores. Dois deles são de carreira, do quadro permanente da ANP, concursados. Foram os dois últimos diretores empossados, já na minha gestão.

Temos dois outros diretores que são professores universitários, igualmente concursados nas suas universidades. Então, posso lhe dizer também que, em relação a mim, nunca houve uma abordagem diferente.

É isso que eu posso dizer em relação a aparelhamento.

**O SR. IZALCI** (PSDB - DF) – Não, eu digo de funcionários. Não sei...

**A SR<sup>a</sup> MAGDA CHAMBRIARD** – Nós temos um quadro técnico que foi, vamos dizer, ampliado recentemente com o terceiro concurso público da ANP. A ANP é uma agência jovem, tem 16 anos agora. Já tem um quadro técnico concursado de mais de 700 pessoas. Essas pessoas, em mais de 50%, já têm pelo menos pós-graduação.





## Congresso Nacional

**“Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 2, de 2014 - CN, “com a finalidade de investigar irregularidades envolvendo a empresa Petróleo Brasileiro S/A (PETROBRAS), ocorridas entre os anos de 2005 e 2014 e relacionadas à compra da Refinaria de Pasadena, no Texas (EUA), ao lançamento de plataformas inacabadas, ao pagamento de propina a funcionário da estatal, e ao superfaturamento na construção de refinarias”.**

Eu tenho aqui na audiência dois superintendentes da ANP: o Superintendente de Segurança Operacional, concursado. O Superintendente de Refino está aqui, em algum lugar, também concursado da ANP. Todos eles, vamos dizer, altamente capazes e detentores de um currículo invejável.

Então, não acho que é a questão do aparelhamento. Está respondido. Na questão de aprimoramento. Acho que aprimoramento é uma coisa que cabe a todos e a todas instituições. A instituição que não se preocupa em aprimorar já nasceu morta. Então, queremos aprimorar a ANP? Queremos aprimorar a ANP sempre!

Hoje, nós já estamos com uma ANP completamente diferente daquela ANP em que entrei em 2002. Entrei na ANP em 2002. A ANP que encontrei em 2002 tinha quatro anos de atuação. Com quatro anos de atuação, faltava tudo! Nós não tínhamos feito nenhum concurso público, nós não tínhamos quadro permanente, nós não tínhamos nada disso.

Hoje em dia, nós já fizemos três concursos públicos, investimos fortemente em capacitação, temos servidores fazendo mestrado e doutorado no exterior: Inglaterra, Estados Unidos, etc. Investimos muito em treinamento não só no Brasil, mas no exterior.

Na última Rio Oil & Gas nós apresentamos 23 trabalhos técnicos. Tudo isso significa aprimoramento e capacitação, e um esforço muito grande da ANP em oferecer o melhor para a sociedade.

**O SR. CARLOS SAMPAIO** (PSDB - SP) – Eu vou pedir a V. S<sup>a</sup> que encaminhe para a CPMI o quadro, de concursado e também de cargos comissionados, para a gente registrar.

**A SR<sup>a</sup> MAGDA CHAMBRIARD** – Quadros comissionados é outra coisa bem interessante e acho que merece destaque. Dois anos e meio atrás, nós solicitamos ao Governo Federal 62 cargos comissionados de livre provimento para fazer a estrutura da ANP. Então, o que era isso? Era o seguinte: muitas vezes, eu tinha um superintendente, um adjunto, um assessor...

**O SR. PRESIDENTE** (Gim. Bloco União e Força/PTB - DF) – Magda, o negócio é encaminhar... Como você vai encaminhar muita coisa por escrito, encaminhe por escrito, como o Deputado Izalci pediu. Está bem?

**A SR<sup>a</sup> MAGDA CHAMBRIARD** – Mas me deixe só explicar uma coisinha que considero relevante.

Então, a gente tinha superintendências com 130 servidores, 90 servidores e ninguém no meio. Nós pegamos os cargos livres sob provimento e transformamos em uma coisa que a gente chama de CCT, cargos exclusivos do quadro técnico permanente, e fizemos a estrutura da ANP transformando cargos de livre provimento em cargos específicos para servidores de carreira. Então, isso é uma coisa importante que nós fizemos. Tem dado muito bom resultado e, no ano que vem, vamos implantar a avaliação de desempenho na ANP com base em todos esses resultados que conseguimos.



## Congresso Nacional

**“Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 2, de 2014 - CN, com a finalidade de investigar irregularidades envolvendo a empresa Petróleo Brasileiro S/A (PETROBRAS), ocorridas entre os anos de 2005 e 2014 e relacionadas à compra da Refinaria de Pasadena, no Texas (EUA), ao lançamento de plataformas inacabadas, ao pagamento de propina a funcionário da estatal, e ao superfaturamento na construção de refinarias”.**

**O SR. CARLOS SAMPAIO** (PSDB - SP) – Sr. Presidente, só para encerrar, então... Eu gostaria de pedir a V. Ex<sup>a</sup> que colocasse, também para nosso Presidente, para que priorizasse, realmente, os dois requerimentos que fiz, tendo em vista a matéria recente e também a comprovação agora na votação da LDO, que essas questões agora fecham.

O Tribunal de Contas alertou, excluiu; o Congresso Nacional retirou essas obras e aí houve um veto. E aqui vem a prova de que o veto foi a pedido de Paulo Roberto Costa, que foi atendido.

Então, pediria a V. Ex<sup>a</sup> que priorizasse na próxima reunião administrativa.

**O SR. PRESIDENTE** (Gim. Bloco União e Força/PTB - DF) – Está muito bem, Deputado. Vamos ver se marcamos uma reunião administrativa para a próxima terça-feira, como pediu o Líder Ronaldo Caiado.

Nós vamos consultar o Presidente da Comissão, o nobre Senador Vital do Rêgo.

Mas, antes de encerrar, havendo número regimental, proponho a dispensa da leitura e a aprovação das Atas 16, 17, 18 e 19 das reuniões desta Comissão.

Os Parlamentares que as aprovaram queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Estão aprovadas as atas.

Sobre os requerimentos... Então, vamos fazer essa relação dos requerimentos e também aos que já pediram preferência aqui. Requerimentos para pedir toda documentação da Sete Brasil, Petrobras África, SBM e várias outras.

Então, nós vamos falar sobre isso amanhã, continuação sobre isso, e, na próxima terça-feira, a reunião administrativa para que a gente possa direcionar esses requerimentos.

Gostaria de agradecer a presença da Presidente da ANP, Dr<sup>a</sup> Magda, que muito contribuiu para nossa CPMI com suas informações.

Muito obrigado, Presidente. Muito obrigado a todos.

Está encerrada a presente reunião.

(*Iniciada às 14 horas e 33 minutos, a reunião é encerrada às 16 horas e 43 minutos.*)

*Senador Gim*  
Vice-Presidente